

Gazeta das Aldeias

N.º 2554

1 DE NOVEMBRO DE 1965



Sala
Est.
Tab.
N.º

Alimentos Compostos

MINERALIZADOS



VITAMINADOS



SOJAGADO

As farinhas «SOJAGADO», compostas à base de Soja, constituem um alimento concentrado que satisfaz as necessidades nutritivas dos animais.

Para cada espécie e conforme a natureza da exploração pecuária há uma fórmula especial, contendo sempre correctivos minerais, vitaminas e antibióticos.

Solicitai-nos as n/ publicações e atendei às indicações técnicas para vos garantirdes de uma maior produtividade.

SOJA DE PORTUGAL, LDA.

Fábrica de Alimentos Compostos para Animais

ESCRITÓRIOS: Rua dos Fanqueiros, 38-2.º

Apartado n.º 2692

Telefs.: 323830-327806

LISBOA - 2

DELEGAÇÃO DE VENDAS E CONSULTAS TÉCNICAS:

Rua do Almada, 152-4.º

Telef. 36970

PORTO

FÁBRICAS EM OVAR

Apartado 20 — Tel. 52063

AUREOMICINA

CLOROTETRACICLINA

LANÇA-DOSES



Para a prevenção e tratamento da diarreia e pneumonia dos leitões

A AUREOMICINA LANÇA-DOSES foi criada para uso no controlo da diarreia e pneumonia bacterianas dos leitões. É uma fórmula especial, semi-sólida, de AUREOMICINA, clorotetraciclina, em óleo, completamente misturada e pronta para uso.



A administração faz-se pela boca. A seringa especial de matéria plástica, não recuperável, dentro da qual se encontra o medicamento, tem uma ponta branda de plástico que não pode lesar a boca do báculo. Cada seringa de 10 doses (10 cc) contém 500 mg de AUREOMICINA, Clorotetraciclina — 50 mg por cc. O êmbolo da seringa está marcado, sendo assim fácil administrar a dosagem correcta.

Coloque-se simplesmente a ponta da seringa na boca do leitão e exerça-se pressão sobre o êmbolo, fazendo-se deslocar até à divisão correspondente.

A fórmula especial do LANÇA-DOSES adere à língua, não escorre para fora da boca, não se perde, nem passa para os pulmões por forma a poder causar pneumonia.

A dosagem recomendada é de 1 dose (1 cc), dos 2 aos 4 dias de idade, repetida 3 dias depois, conforme for necessário.

Fácil de usar: basta colocar a ponta branda da seringa de matéria plástica na boca do leitão e premir o êmbolo até à marca para que saia uma dose do LANÇA-DOSES DE AUREOMICINA.

Estudos do sangue e dos tecidos mostram que os níveis de AUREOMICINA, para um tratamento eficaz, perduram por 3 dias, consecutivamente a uma só dose do LANÇA-DOSES de AUREOMICINA.

Apresentação: Seringa (não recuperável) de 10 cc (10 doses)

DEPARTAMENTO AGRO-PECUÁRIO

Cyanamid International

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS PARA PORTUGAL E ULTRAMAR

SOCIEDADE FARMACÊUTICA ABECASSIS, S. A. R. L.

R. Conde Redondo, 64-LISBOA ♦ R. Santo António, 15-3.-PORTO

* Marca Registrada

CYANAMID

3211



Filtros * Bombas * Rolhadores * Máquinas de gaseificar * Máquinas de encher * Saturadoras * Mangueiras de borracha e de plástico, etc., etc.

Ácido Cítrico * Ácido Tartárico * Ácido Ascórbico * Sorbato de Potássio * Metatartárico * Carvão «Actibon» * Taninos «Dyewood» (os melhores à venda em Portugal) * Anidrido Sulfuroso * Metabisulfito de Potássio * Solução Sulfurosa * Gelatina Spar * Bentonite «Volklay» * Fosfato de Amónio * Barro Espanhol * Caseína * Albumina de Sangue * Calgonit (o melhor desinfectante e decolorante de vasilhas) * Permanganato de Potássio * Carbonato de Sódio * Actisolar * Emboçol * Bono-Suif (Mastic francês) * Mechas de Enxofre * Glutofix (cola para rótulo) * Goma Laca * Goma Arábica * Parafinas

Ebuliómetros * Acidímetros * Areómetros * Glucómetros * Mostímetros * Alcoómetros * Termómetros * Vinómetros * Buretas * Provetas * Balões * Copos * Reagentes, etc., etc.

Sociedade de Representações Guipeimar, L.da

Rua de Rodrigues Sampaio, 155-1.º
PORTO

Telefs. 28093
35173

3876

Grupos Moto-Bombas e Motores "BERNARD"

a Petróleo e a Gasoil

Tubos chupadores, Junções,
Válvulas de pesca, etc.

Corta-Relvas manuais e a motor,
Charruas, Semeadores, Sachadores,
Tararas, Descaroladores e Sementes

Tractores "OCRIM" e
"INTERNATIONAL"



PEDIDOS AO:

Centro Agrícola e Industrial, Lda.

307, Rua de Santa Catarina, 309
Telef. 25865/6 PORTO Teleg. AGROS

2747

HERPETOL

PARA DOENÇAS DA PELE

UMA GOIA DE HERPETOL e o seu desejo de coçar passou. A comichão desaparece como por encanto. A irritação é dominada, a pele é refrescada e aliviada. Os alvíos começam. Medicamento por excelência

para todos os casos de eczema húmido ou seco, crostas, espinhas, erupções ou ardência no gela.

À venda em todas as farmácias e drogas

**VICENTE RIBEIRO & CARVALHO
DA FONSECA, LIMITADA**

RUA DA PRATA 237 - LISBOA



NOVOS PROCESSOS DE CONSERVAÇÃO
DA

BATATA



— *BIKARTOL-NEU* —

PREVENTIVO CONTRA O GRELAMENTO

Além da propriedade acima anunciada, **evita as perdas de peso por desidratação**. Numerosas aplicações, efectuadas em campanhas passadas, pelos Srs. Lavradores, nossos estimados clientes, demonstraram ser este produto de **extraordinária eficácia, económico e de fácil aplicação**. Usar 1,2 a 2 kgs. de produto por tonelada de batatas.

— *KARSAN* —

PREVENTIVO CONTRA O APODRECIMENTO

Evitando também as perdas de peso por desidratação. Pode-se aplicar mesmo na batata de semente, pois **não afecta as propriedades germinativas** dos tubérculos. Permite conservar uma tonelada de batata (mais de 66 arrobas) com cerca de 400 grs. de produto.

Tanto o *BIKARTOL-NEU* como o *KARSAN* **não dão mau sabor nem cheiro** às batatas, **nem são perigosos para a saúde humana**. São ambos fabricados pela SCHERING de Berlim.

Distribuidores Exclusivos:

AGUIAR & MELLO, LDA.

Praça do Município, 13-1.º — LISBOA

Restaurante *Nova Palmeira*



EXPERIMENTE: a sua cozinha, as suas instalações climatizadas e o seu ambiente...
E VOLTARÁ...

4152

RUA DE SÁ DA BANDEIRA, 182
Telefone 35601

*

Travessa de Passos Manuel, 36
PORTO—Portugal

MOTORES INDUSTRIAIS

GRUPOS ELECTROGÉNEOS
A GASOLINA, PETRÓLEO OU DIESEL

- DE CORRENTE CONTÍNUA, PARA CARGA DE BATERIAS
- DE CORRENTE ALTERNA, PARA ILUMINAÇÃO, RÁDIO-TELEVISÃO OU PARA ELECTRO-BOMBAS

DIVISÃO MARÍTIMA E TÉCNICA

C. SANTOS, S. A. R. L.
TRAVESSA DA GLÓRIA, 17—LISBOA

4138

SEMENTES

1862

ALÍPIO DIAS & IRMÃO recomendam aos seus Amigos e Clientes, que nesta época devem semear as seguintes variedades:

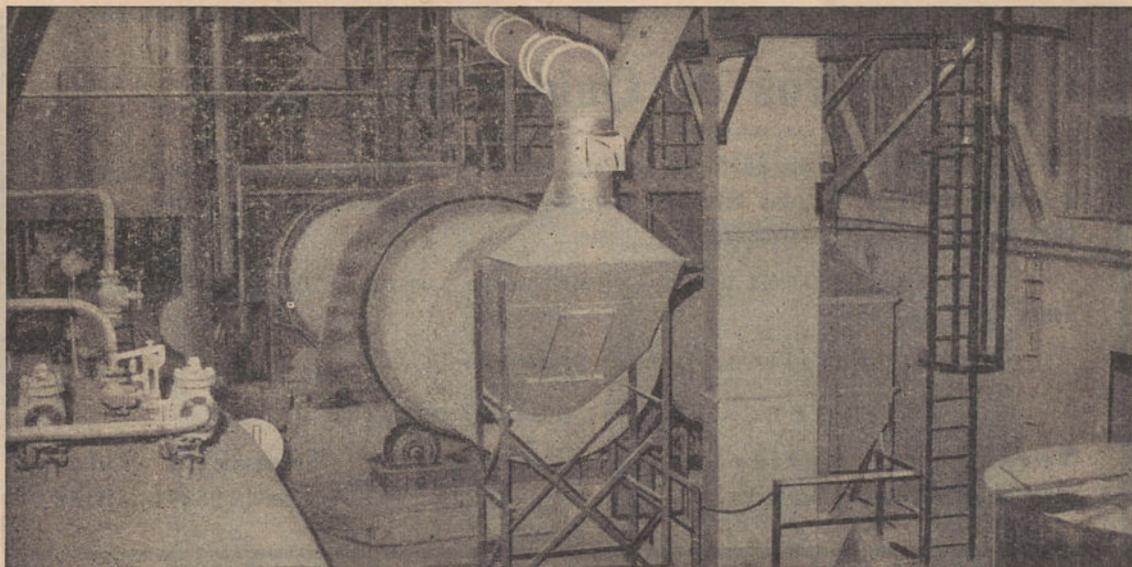
Alfaces, Beterrabas, Cenouras, Couves diversas: Couve flor, Bróculo, Repolho, Penca de Chaves, Penca de Mirandela, Penca da Póvoa, Tronchuda, Espinafres, Nabos de diferentes variedades, Rabanetes, assim como: Azevéns, Erva molar, Luzernas, Lawn-grass Ray-grass, Trevos, etc., etc. e ainda uma completa colecção de *Flores*.

Se deseja SEMEAR E COLHER dê preferência às sementes que com todo o escrúpulo lhe fornece a

“SEMENTEIRA” de Alípio Dias & Irmão

Rua Mousinho da Silveira, 1178 — Telefones 27578 e 33715 — PORTO
CATÁLOGO — Se ainda não possui, peça-o
N. B. — Preços especiais para revenda que lhe será enviado gratuitamente





Senhor Lavrador

Prefira os Adubos Compostos CUF

— Garantia de boas colheitas —

— Na adubação de inverno da **vinha e olival:**

	Azoto (N)	Fósforo (P ₂ O ₅)	Potássio (K ₂ O)
FOSKAMONIO 111	10%	10%	10%
FOSKAMONIO 122	7%	14%	14%
FOSKAMONIO 222	15%	15%	15%

— Na adubação de sementeira da **batata:**

FOSKAMONIO 111	10%	10%	10%
FOSKAMONIO 112	7%	7%	14%
FOSKAMONIO 122	7%	14%	14%
FOSKAMONIO 222	15%	15%	15%

Utilize os adubos nacionais especialmente estudados para os solos e culturas nacionais



Companhia União Fabril

LISBOA—Avenida Infante Santo, 2 • PORTO—Rua do Bolhão, 192

Depósitos e Revendedores em todo o País

Viveiros da Quinta do Tamariz

Os maiores viveiros do Norte do País, com a maior selecção de barbados americanos e árvores de fruto. Plantas talhadas; coníferas; arvoredos; arbustos para jardins; plantas para sebes; roseiras; trepadeiras; etc., etc.

Serviços de assistência técnica. — Instalação de pomares. — Ordenação de propriedades e surribas.

No seu próprio interesse visite os n/ viveiros.

PEÇA CATÁLOGOS GRÁTIS

Sociedade Agrícola da Quinta do Tamariz, Lda.

Carreira — Silveiros (Minho)

Telef. 96271 — NINE

3684

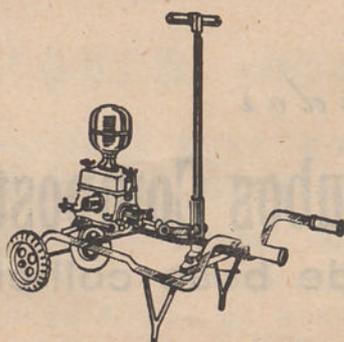
Se pensa em
JÓIAS-PRATAS
MÁRMORES
BRONZES

Pense V. Ex.^a na
Ourivesaria
Aliança

191, R. das Flores, 211
P O R T O

Filial em LISBOA:
R. Garrett (Chiado), 50

3056



Material Vinícola

Bombas de trasfega de diversos tipos, esmagadores e prensas, máquinas de arrolhar, tubo especial para trasfega, ligações de metal, etc.

GRANDES SORTIDOS

CASA CASSELS

P O R T O — Rua Mousinho da Silveira, 191 — Telef.: 28211 - 12 - 13
LISBOA — Avenida 24 de Julho, 56 — Telefone, 661778

3927

Atomizadores de dorso leves e robustos

COM MOTOR DE 3 C. V. — 70 C. C.
para *Atomização, Polvilhação*
e *Lança chamas*



Gulbrod

Podem ser montados com bocal duplo para duas saídas, e bomba de elevação com tubo de prolongamento para tratamento de árvores e ramadas altas

Agência Geral Gulbrod

Rua de José Falcão, 152-156
Telefs.: 20947 / 20948 — P O R T O

Motorcultivadores para ceifar ervas, cereais e mato

próprios também para *Sachar, Cavar vinhas* e *pomares, Abrir regos, Pulverizar, Transportar, etc.*

MOTORES DE:

8781

4 C. V.

6 C. V.

10 C. V.

a tractol e a gasóleo



Gulbrod

GADO BOVINO LEITEIRO
MANUAL DO PROGRAMA COORDENADO



AVES DE CAPOEIRA
MANUAL DO PROGRAMA COORDENADO



PORCOS

MANUAL DO PROGRAMA COORDENADO



**GUIAS COMPLETOS PARA
AUMENTAR A PRODUÇÃO
NA CRIAÇÃO DE AVES,
SUÍNOS E GADO LEITEIRO**

Solicite ao representante em Portugal da CYANAMID INTERNATIONAL os exemplares gratuitos dos «MANUAIS DO PROGRAMA COORDENADO DE ALIMENTAÇÃO E SAÚDE» para AVES, SUÍNOS E GADO LEITEIRO.

Estes manuais estão cheios de ideias práticas que o ajudarão a ganhar mais dinheiro. Estas recomendações são apresentadas em programas fáceis de realizar passo a passo. Cada programa começa com a criação e cuidados a ter com os animais, e termina com o combate às doenças. Mostra-lhe o que deve fazer em cada etapa da criação, a fim de obter os maiores rendimentos possíveis.

Anos de estudos demonstraram que V. pode produzir mais carne, leite e ovos com menos despesas, seguindo os programas descritos nestes manuais. Eles indicam-lhe-o como poderá aumentar a produção, combatendo as doenças dos seus animais. Em cada programa combinam-se as técnicas científicas mais avançadas com a administração de:

- 1.º — AUROFAC suplemento alimentar que contém o antibiótico AUREOMICINA — clorotetraciclina.
- 2.º — As vacinas e medicamentos CYANAMID de eficácia comprovada. Apresse-se a obter os exemplares destes folhetos antes que se esgotem.

**PROGRAMA
COORDENADO**

* Marca Registrada

CYANAMID

**CYANAMID INTERNATIONAL
U. S. A.**

DEPARTAMENTO AGRO-PECUÁRIO

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS:

Sociedade Farmacêutica Abecassis, S.A.R.L.
RUA CONDE REDONDO, 64 — LISBOA — TELEFONE 73 69 51

3243

PROVIMI

RAÇÕES E CONCENTRADOS

GALINÁCEOS (GEN. GALLUS)
PALMÍPEDES — PERUS
FAISÕES — CODORNIZES
COELHOS — CHINCHILAS
EQUÍDEOS — BOVINOS
OVINOS — SUÍNOS

FORMULAÇÃO CORRECTA

LABORAÇÃO RIGOROSA

CONTROLO LABORATORIAL

EXPERIMENTAÇÃO
ZOOTÉCNICA

EFICÁCIA BIOLÓGICA

EFICÁCIA ECONÓMICA

FÁBRICAS PROVIMI

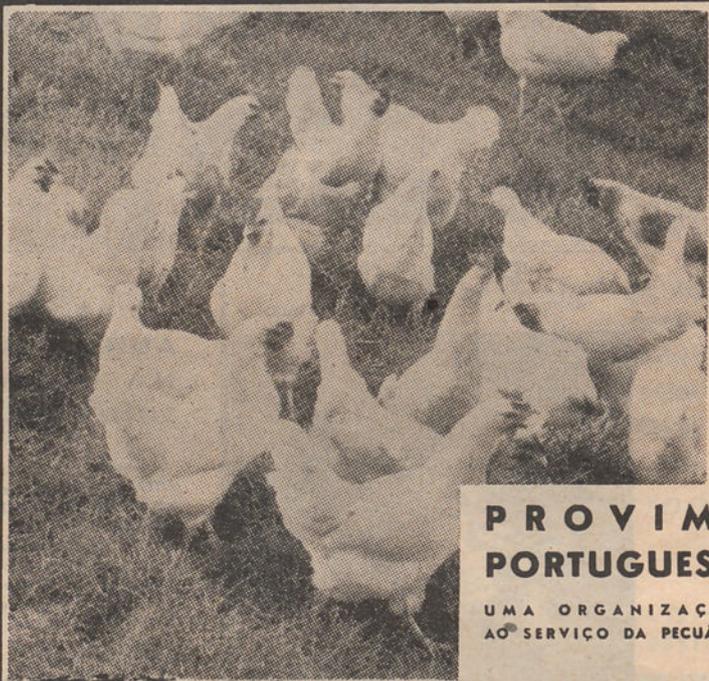
PAIÀ — SACAVÉM — FARO
CASTRO VERDE — CARAMULO
OVAR — BRAGA — PONTA DEL-
GADA — FUNCHAL — MALANGE

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

ALOJAMENTOS
ALIMENTAÇÃO
TÉCNICAS DE EXPLO-
RAÇÃO — NORMAS DE
CRIAÇÃO — HIGIENE
DAS PRODUÇÕES
G E S T Ã O



SÍMBOLO DE PRESTÍGIO MUNDIAL



PROVIMI PORTUGUESA

UMA ORGANIZAÇÃO
AO SERVIÇO DA PECUÁRIA

LISBOA

R. Filipe Folque, 2, 2.º
Tel. 42111

PORTO

R. Sá da Bandeira, 746, 2.º-Dto.
Tel. 30869

RAÇÕES E CONCENTRADOS

DISTRIBUIDORES EM TODO O PAÍS

SUMÁRIO

«Regime Cerealífero»	801
Defendendo as «Aves de rapina» — Prof. C. M. Baeta Neves	802
A bela arte dos jardins — Os jardins do passado — Regente Florestal Horácio Elisen	807
Apontamento de uma viagem — De Split a Dubrovnik — Eng. Silvicultor Maximino Alvarez	811
Transformações na Comunidade Rural — Eng. Agrónomo G. Santa Ritta	814
Trabalhos em Novembro	817
Escolha e calibragem de frutos	819
O Regime Cerealífero — (Decreto-lei n.º 46 595)	825
Vinho — Alimento e remédio	827
A Pereira — Eng. Silvicultor Joaquim Abrantes Zenhas	828
Caça e Pesca — Destruir, Destruir	832
Vantagens e inconvenientes resultantes da mistura de castas vinícolas — Reg. Agrícola José Farinha	834
SERVIÇO DE CONSULTAS	
— Viticultura	836
— Jardinagem	837
— Direito Rural	837
Informações	839
O apiário em Novembro	840

A NOSSA CAPA



Sargaceiras

Castelo de Neiva (Viana do Castelo)

Fotografia gentilmente cedida pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular — Porto.

ASSINATURAS

Ano	100\$00
Semestre	55\$00
Número avulso	5\$00
Estrangeiro (Excepto Espanha) — mais	50 %

Visado pela Comissão de Censura

Gazeta das Aldeias

Fundada por *Julio Gama*

REVISTA QUINZENAL DE PROPAGANDA AGRÍCOLA

DIRECTOR
AMÂNDIO GALHANO

Engenheiro Agrónomo

EDITOR JOAQUIM A. DE CARVALHO

Propriedade da Gazeta das Aldeias (S. A. R. L.) * Redacção e Administração: Av. dos Aliados, 66 — PORTO
Telegramas: GAZETA DAS ALDEIAS — PORTO * Telefones: 25651 e 25652Composto e impresso na TIPOGRAFIA MENDONÇA (Propriedade da GAZETA DAS ALDEIAS)
Rua Jorge Viterbo Ferreira, 12-2.º — PORTO

«REGIME CEREALÍFERO»

A importância do diploma que o *Diário do Governo* — I Série — de 15 do corrente, publica sob a designação de Decreto-Lei n.º 46 595, leva-nos a publicá-lo na íntegra, mesmo que a sua extensão nos obrigue a fazê-lo em vários números.

Aos actuais titulares da pasta da Economia e Secretarias de Estado da Agricultura, Comércio e Indústria se fica devendo assim já duas actuações notáveis — o despacho de 30 de Abril passado sobre fomento pecuário e agora, o regime cerealífero.

Não vamos nesta ligeira *abertura* tentar a mais leve análise do diploma. Basta-nos registar o novo e indispensável sentido de *continuidade* que dele dimana; a intenção expressa duma possível revisão anual; o apelo à reestruturação e reconversão mas fazendo, entretanto, à Lavoura a afirmação que terá que ser a ela própria a tomar consciência da premência dessa reestruturação e reconversão, mobilizando as suas energias e potencialidades, a que não faltará o apoio do Estado na forma de «dotações para reconversão e melhoria cultural», fórmula de fomento inovadora e geradora de progresso.

Com a leitura atenta deste Decreto-Lei — e recomendámo-la muito sinceramente aos nossos Leitores — fica-se com um sentimento claro e profundo dum veemente desejo de utilidade nacional, de sentido dos problemas prementes da agricultura portuguesa, duma linha de actuação, em extensão, profundidade e com a continuidade imprescindível, traduzindo uma lúcida visão de conjunto.

À Lavoura, à sua *inspiração* nos momentos difíceis, compete corresponder, pela análise, pelo pensamento e pela acção.



DEFENDENDO AS "AVES DE RAPINA"

Pelo Prof. C. M. BAETA NEVES
Engenheiro Silvicultor

POR muito estranho que pareça este artigo é dedicado à defesa das «Aves de rapina», reconhecida como hoje está a sua utilidade em contração com a má fama que sempre as tem acompanhado justificando a sua classificação como nocivas.

É possível que tal atitude surpreenda algum leitor que não tivesse tido ainda a oportunidade de reconhecer por si próprio o erro dessa classificação, ou de ler alguma coisa a seu propósito, do muito que ultimamente tem sido escrito sobre o assunto.

Perante a doutrina da lei da Caça ainda vigente e as suas consequências quanto à forma como essas Aves são perseguidas entre nós, de facto a sua defesa pode parecer aos olhos de muitos quase escandalosa por irreverente em relação ao saber do passado e aos textos legais, podendo eu até ser acusado de exagerada parcialidade do ponto de vista em que fundamento a opinião apresentada e a posição defendida.

No nosso meio, onde tão pouco se sabe da Natureza que nos rodeia, que tão raros estudam respeitam e admiram, é muito fácil haver quem se escandalize perante afirmações para si tão disparatadas como a de que as Aves de rapina são antes úteis do que nocivas.

Noutros tempos o cheiro a heresia fazia pagar caro os atrevimentos de tal quilate, e nos que vão correndo, também nem sempre as opiniões tidas como de atrevida originalidade passam sem quaisquer consequências...

Escudado com a bibliografia consul-

tada, nacional e estrangeira, e esta última especialmente francesa, espero encontrar no leitor antes o acolhimento amável de quem vê confirmada a sua opinião, esclarecidas as suas dúvidas, ou agradece a informação prestada por muito surpreendente que lhe pareça por diferente do que pensava. Estou em querer que será assim, em vez de correr qualquer risco por defender em público, com plena convicção de estar a defender uma verdade, que as Aves de rapina, até aqui destruídas livremente, deverão antes passar a ser rigorosamente protegidas.

* * *

Reconhecida a interdependência obrigatória de todos os seres vivos, tanto do meio físico que os rodeia como do meio biológico formado pelo seu próprio conjunto, e analisadas as leis a que estão subordinadas as relações respectivas no último, chegou-se à conclusão de que os vegetais constituem a base fundamental das *cadeias alimentares*, das quais fazem por sua vez parte os herbívoros, que se alimentam delas e os carnívoros que por sua vez atacam os últimos.

Verificou-se também haver uma tendência bem marcada e obrigatória para que da actividade de todos os seres vivos em presença resulte um *equilíbrio* capaz de dar uma satisfação geral às suas necessidades fisiológicas essenciais, uma vez garantida por parte do meio físico a harmonia e estabilidade indispensáveis com

as exigências próprias com ele relacionadas.

Apreciado, neste conjunto de interdependências, o papel dos carnívoros, ou dos predadores em especial, também as conclusões a seu propósito permitiram compreender melhor esse papel, o qual, ao contrário do que à primeira vista se podia supor, é antes uma valiosa contribuição para que esse equilíbrio se possa manter em vez de uma contingência desfavorável para o mesmo.

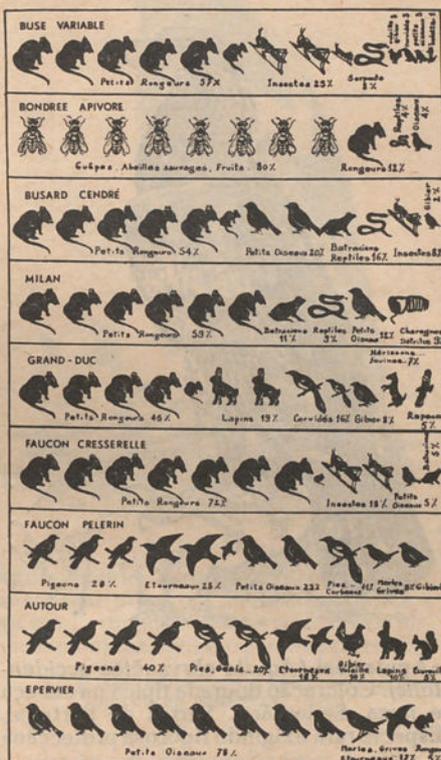
Certo é, que as condições de meio registadas nos locais onde apenas a Natureza tenha exercido a sua espontânea e livre acção, não são as mesmas que se verificam onde o Homem tenha aparecido a tentar sobrepor-se-lhe impondo as suas directivas, mais ou menos desarmónicas com as leis da primeira; e daí os desequilíbrios, ou equilíbrios artificiais e instáveis, no meio dos quais vivemos e dos quais pretendemos apenas tirar proveito em nosso favor.

Perturbada assim a proporcionalidade natural de todos os seres vivos próprios da flora e fauna locais, não pode surpreender ninguém que os predadores possam apresentar-se como contrários aos interesses humanos, na medida em que lutando pela sua existência o façam destruindo quaisquer espécies cuja presença, em maior abundância, seja desejada e em princípio defendida; embora muitas vezes essa abundância não exista antes pelos abusos cometidos pelo próprio Homem na sua exploração exagerada.

Acontece porém que os predadores, de uma maneira geral, exercem não só uma acção seleccionadora, contribuindo para um apuramento das populações da espécie ou espécies na dependência das quais vivem, mas também uma acção benéfica no sentido da maior garantia da sua continuidade; e acontece também que a abundância própria está naturalmente condicionada às possibilidades alimentares que o meio lhes oferece, representadas estas pelo número de vítimas postas à disposição da população respectiva.

Está longe de ser simples este encaideado de interdependências e daí a complexidade do problema, cuja natureza não permite soluções simplistas como o do extermínio puro e simples de uma espécie

predadora só por esta se apresentar à primeira vista contrária, ou menos favorável, aos interesses humanos; antes qualquer interferência nesses *complexos biológicos*, tanto em estado natural como perturbados artificialmente, tem de ser condicionada ao conhecimento profundo das leis próprias e das reacções mais pro-



Exemplos do tipo de alimentação de algumas espécies de Aves de rapina

(De um folheto francês de propaganda da defesa das rapaces)

váveis a quanto se julgue mais oportuno e útil realizar no sentido da maior satisfação desses interesses.

A leitura dos dois trabalhos em português, de que o leitor pode facilmente obter um exemplar dirigindo-se às entidades que os publicaram, permitirá, pelos exemplos apresentados, uma compreensão mais fácil de quanto foi exposto; são esses trabalhos o de G. da Fonseca Sacarrão (Professor e Director da Faculdade de Ciências de Lisboa) «Protecção às Aves» (Publicações da «Liga para a Protecção da Natureza», IX, Lisboa, 1953), e o de

J. R. dos Santos Júnior (Professor da Faculdade de Ciências do Porto) «As Aves — A Caça e a Protecção à Natureza» (Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas — Estudos e Divulgação Técnica — Grupo A. Secção Zoológica Florestal e Cinegética, 1963).

O facto de ambos dizerem em espe-



«Águia real (*Aquila chrysaetos occidentalis*). Coloração dourada típica na cabeça e nuca. Sedentária. Serras de Portugal. Espécie rara exigindo rigorosa protecção»

Postal editado pela «Liga para a Protecção da Natureza» (1959)

cial respeito às Aves reforça o seu interesse em relação às Aves de rapina, o caso concreto de que vou passar a tratar.

* * *

Entre os predadores mais activos, aqueles que dominam nas chamadas *pirâmides de números* (relação de proporcionalidade numérica entre os indivíduos das diferentes espécies fazendo parte de uma mesma *cadeia alimentar*) as Aves de rapina ocupam um lugar de grande relevo.

E não é só sob o ponto de vista ecológico que o relevo dessa sua exposição foi reconhecido; desde sempre as populações de todos os locais onde as Águias fazem parte da fauna autóctone, encontra-

ram nestas um sentido dominador que a própria Heráldica consagrou considerando-as como símbolo principal, representante da realeza. As Águias como aos Leões tem-se sempre ligado essa ideia de supremacia pela força, produto da observação dos seus hábitos alimentares, e de quanto nas biológicas respectivas está subordinado a eles.

Interferindo por vezes com as suas conveniências, nomeadamente atacando animais domésticos, e não em raros casos até seres humanos, depressa foi progredindo a sua inimizade por tão majestoso componente do Reino animal, movendo-lhe uma perseguição cada vez mais insistente, descarada e eficaz.

Se acrescentarmos às consequências de uma tal atitude todas as outras resultantes das alterações do meio biológico provocadas pelo Homem, compreenderemos as razões que justificam o rareamento progressivo das Águias, como de muitas outras Aves de rapina, em muitos países, nomeadamente da Europa, entre os quais Portugal está também englobado.

A leitura do número de «Le Courier de la Nature» (Janvier-Mars, 1964), boletim do «Comité de Informação e Difusão» da «Sociedade Nacional de Protecção da Natureza», número especial (10-11) editado na altura em que se reuniu em Caen (Calvados, França) a «Conferência Internacional sobre as rapaces», organizada pelos «Conselho Internacional para a Protecção das Aves» e «Conselho Internacional da Caça», poderá esclarecer o leitor sobre a razão de ser da defesa das Águias, de todas as Aves de rapina a que tantos actualmente com tão grande entusiasmo se dedicam, em inteira oposição àqueles que ainda insistem em lutar pelo seu extermínio.

Em relação à França Jean-François Terrasse, no seu artigo «La diminution recente des effectifs de rapaces en France et ses causes», publicado no número 3 (1965) da «Revista de Ecologia aplicada — La Terre et la Vie», atribui o seu declínio às seguintes causas: 1) A Caça, 2) A Mixomatose, 3) Os Columbófilos, 4) Os Fornecedores de Jardins Zoológicos, 5) Os Coleccionadores de ovos, 6) Os Falcoeiros, 7) As substâncias tóxicas utilizadas na Agricultura, 8) O «desen-

volvimento técnico» e 9) A «Naturalisation», considerando esta última como a moda de utilizar exemplares empalhados para decoração doméstica.

No caso português nem todas estas razões terão igual importância para justificar a rarefacção cada vez maior das Aves de rapina entre nós; é essencialmente à primeira que se pode atribuir a maior responsabilidade da situação actual.

E para um conhecimento mais pormenorizado desta última, embora não exista nenhum trabalho que a considere em especial, como produto de observações feitas só com esse objectivo em relação a todas as espécies de rapaces da nossa fauna, sugere-se a leitura da seguinte bibliografia: J. A. dos Reis Júnior — «Aves de Portugal, XVI. Strigiformes», Porto 1939 e «Aves de Portugal, XV. Accipitriformes», Porto, 1934; e José de Lima e L. Wagner, «Notas sobre nidificação de *Aquila chrysaëtus* na Serra do Marão» (Publicações do Instituto de Zoologia «Dr. Augusto Nobre», Faculdade de Ciências do Porto, 66, 1959).

Não será muito mas é o bastante para se compreender o grito de alarme que deverá ecoar em todo o País a favor da protecção de todas as Aves de rapina, nomeadamente daquelas que já são consideradas em perigo de extinção, tais como:

Águia real (*Aquila chrysaëtus occidentalis*).

Águia imperial (*Aquila heliaca adalberti*).

Milhafre ou peneireiro cinzento (*Elanus coeruleus coeruleus*).

Gypaëtus barbatus grandis.

Não se julgue contudo que nada tenha ainda sido feito entre nós nesse sentido, quer pelas entidades oficiais quer particulares.

Em 1950, treze nações europeias, entre as quais Portugal estava incluído, assinaram em Paris o «Convénio Internacional para a Protecção das Aves», o qual veio substituir a antiga e desactualizada «Convenção Internacional para a Protecção às Aves úteis à Agricultura», de 1902, à qual o nosso País também aderira.

Nesse Convénio procura-se acabar

com a discriminação de espécies úteis e nocivas, hoje considerada por todas as entidades em assuntos de Ecologia, base fundamental da Cinegética, como completamente despropositada no sentido até



«Águia imperial (*Aquila heliaca adalberti*). Subespécie própria à Península Ibérica e rara em Portugal. Sedentária. Serras e planície alentejana. Exige rigorosa protecção»

Postal editado pela «Liga para a Protecção da Natureza» (1959)

agora usado, e generalizar a todas elas as medidas de protecção que possam garantir não só a sua existência mas também a possibilidade de dar satisfação aos legítimos desejos dos caçadores, mas sem se correr os riscos da extinção de alguma espécie, ou das consequências nefastas que possam resultar da diminuição abaixo de certo limite da sua população local.

No entanto tudo se passa entre nós como se o conteúdo desse Convénio fosse pura e simplesmente *letra morta!*

A «Liga para a Protecção da Natureza» a certa altura resolveu editar uns postais, chamando a atenção para algumas espécies animais da fauna metropolitana em perigo de extinção, tendo dedicado dois às Águias, Águia real e Águia imperial.

Aqui e ali, muito de vez em quando e

dispersamente, surgem umas vozes procurando chamar a atenção para o problema; lembro o nome de Nuno Sepúlveda Veloso, até pela circunstância de se tratar de um Falcoeiro que não pode ser incluído entre aqueles que Terrasse incluiu na lista das causas do declínio das rapaces em

ção para as responsabilidades que nos podem ser atribuídas do seu empobrecimento progressivo, uma vez que cabe a cada geração defender a todo o transe o capital de bens da Natureza, a cujo usufruto só tem qualquer direito.

A medida que vamos deixando o solo perder-se pela erosão ou por uma Agricultura parasitária; à medida que deixamos aumentar a poluição dos rios e do ar que respiramos; à medida que não regulamentamos a aplicação dos pesticidas empregados na luta contra as pragas e doenças das culturas agrícolas e florestais; à medida que não actualizamos a lei da caça e conseguimos fazer cumprir a lei da pesca nas águas interiores; à medida que não atendemos aos apelos e avisos da Protecção da Natureza e a tantas outras sugestões e exigências da Ciência, da Técnica e até da própria Cultura em geral, no sentido de defendermos de qualquer abuso a exploração dos Recursos Naturais, dessa maneira Portugal caminhará cada vez mais rápida e decididamente para vir a ser de facto, e então sem qualquer possível discordância da minha parte perante a evidência dos factos, não um País pobre, mas antes um País paupérrimo, cuja própria existência poderá estar em risco de perder-se. Mas nesta altura ainda estamos a tempo de arripiar caminho, tomando consciência das realidades, defendendo do extermínio tanto as

NON

NE

TIREZ

PAS!



C'EST UN RAPACE

Capa de um folheto francês de propaganda da defesa das Aves de rapina

França, mas antes entre aqueles que, exactamente por se dedicar à Falcoaria, melhor compreendem a necessidade de ser atendido esse grito de alarme, ao qual tem juntado o entusiasmo da sua prosa e a autoridade da sua acção.

Portugal, alguém o disse um dia, é um País pobre; sempre discordei desta afirmação e a ela reagi atribuindo tal epíteto mais à falta de vontade dos Homens do que à mingua de Recursos Naturais. Volto a insistir na divergência chamando a aten-

Aves de rapina como toda e qualquer espécie animal e vegetal que faça parte das nossas fauna e flora, bem como o solo, substrato e base fundamental da sua existência; e enquanto é tempo, antes que a Natureza se negue a recompor-se dos estragos que tenhamos causado na sua obra inegalável.

Nessa altura, quando atingirmos o deserto, última fase de degradação do meio natural, então já nada mais é possível além da morte.

A Bela Arte dos Jardins

Os jardins do passado

Por HORÁCIO ELISEU
Regente Florestal

(Continuação do n.º 2552, pág. 732)

Os jardins romanos (II)

No ano de 31 a. C., ao iniciar-se o «Período Imperial», sob a chefia de Augusto (Caio Júlio César Octávio), triunfador do Egipto, entrou-se na fase mais brilhante da História romana — que se traduziu, em matéria de jardins, pela criação de novos géneros, e por realizações verdadeiramente espectaculares.

Em Roma, onde passaram a executar-se grandes empreendimentos urbanísticos, alguns dos belos jardins privados tiveram que sacrificar-se. Mas a perda logo foi largamente compensada pela instalação de alguns importantes parques e jardins de carácter público, que se espalharam pela capital.

Não foi, certamente, uma novidade, pois já existia em Roma um jardim da mesma índole (cercado de pórticos, arborizado com plátanos e bosquetes de loureiros, cortado por alamedas orladas com sebes de buxo): o que emoldurava o Teatro de Pompeio, mandado edificar por este triúmviro, em 55 a. C., à imitação dos da Grécia. Mas os novos jardins públicos tinham outra projecção.

Um dos mais notáveis, inicialmente de propriedade privada, foi o do Campo-de-Março, legado ao povo, com as suas sumptuosas termas, pelo general Marcos

Agripa, genro e conselheiro do imperador Augusto.

Este jardim possuía um pórtico com 100 colunas, um grande lago, e um canal denominado de Euripo, em recordação do braço de mar que separa a Grécia da Eubeia, e cujas águas correm, ora num sentido, ora no sentido oposto, por influência das marés. No Parque de Agripa, o efeito era obtido por um sistema de duplas comportas, que funcionavam alternadamente.

Esta novidade, veio excitar o gosto dos romanos pela decoração dos jardins com motivos de água corrente, até aí um tanto cingidos às necessidades da cultura. Fontes de todas as espécies, incluindo vascas e repuchos, cujas águas ao cair agitavam espelhos de água; largos canais, ou estreitas regueiras abertas no mármore; cascatas e joios de água escorrendo sobre rocalhas onde cresciam avenças: passaram a competir, ou a associar-se mais altivamente, com os elementos escultóricos e arquitectónicos.

Por sua vez, a Escultura já se não contentava em fornecer simples estátuas, de feição divina ou profana. A moda dos grupos escultóricos, figurando cenas em regra inspiradas nas lendas gregas, principiava a impor-se nos jardins romanos.

Ficaram célebres os grupos intitula-

dos: a *Caçada de Meléagro*, figurando este monarca com os seus acólitos a abater um javali acoçado por uma matilha de cães; o *Massacre dos Niobidas*, figurando o assassinio dos catorze filhos de Niobida; e o *Castigo de Dirce*, figurando a esposa de Lico, rei de Tebas, a ser amarrada aos cornos dum touro que iria despedaçá-la, obra conservada no Museu de Nápoles sob a designação de *Touro Farnésio*.

Quanto à Architectura, logo soube adaptar-se à mudança dos costumes, e às



Jardins da VILA ADRIANA—Reconstituição duma das decorações, localizada ao lado das termas

(Cl. Boudot-Lamotte)

novas exigências de luxo e prazer, tornando-se mais faustosa e muito mais variada a sua contribuição para o cenário dos jardins.

Entre as novidades, contaram-se réplicas, talvez mais simbólicas do que realistas, de notáveis monumentos e edificios públicos gregos, como ainda versões livres de edificações ligeiras, gregas e egípcias.

Entretanto, com o legado de Agripa ao povo romano, criara-se a moda dos famosos *banhos públicos* associados com parques ou grandes jardins, o que levou

a uma colaboração ainda mais acentuada da Architectura e da Jardinagem.

Além das complicadas instalações balneárias, mais ou menos luxuosas, estes recintos incluíam *exedras* ou salas de reunião, *diets* ou salas de restaurante, salas para leituras, salas para conferências, ginásios e outras instalações, quer reunidas no mesmo edificio, quer distribuídas por diferentes pavilhões.

Tais estabelecimentos, que vieram a ter grande voga — chegando, mais tarde, a contar-se por centenas, só na cidade de Roma — foram destinados pelos imperadores a «oferecer moldura aos ócios do povo», assim desviado de outras preocupações ou actividades menos desejáveis.

Com Tibério, sucessor de Augusto, começou a nova série dos sumptuosos jardins privativos dos palácios e vilas dos imperadores romanos. Tais jardins, comparáveis aos paraísos persas em complexidade e ostentação, nem sempre se conformaram às leis mais elementares do bom gosto e do equilíbrio.

Um dos exemplares mais expressivos desta tendência barroca e megalómana foi obra de Nero que, sobre as ruínas resultantes do incêndio da capital romana, mandou construir o célebre palácio intitulado a *Casa Dourada*, de extravagante magnificência, com o seu imenso parque de tão desmedido exibicionismo, que até incluía um «mar», simbolizado por um grande lago de água salgada, trazida de dez léguas de distância.

Desta mansão cósmica, sob uma cúpula giratória figurando o firmamento, à vista da estátua forrada de ouro que o divinizava, o imperador governou os seus súbditos e fez por arruinar as finanças do Estado — até que sobreveio a sua morte violenta, no ano de 68 da nossa era.

A obra era tão impopular, que os sucessores de Nero reduziram o parque e mandaram secar o lago, em cujo local foi em breve edificado (80 d. C.) o Coliseu de Roma.

Entretanto, os jardins particulares de grande aparato — também, ao que se deduz, frequentes vezes tocados pelo mau gosto — continuavam a multiplicar-se, para engalanar as vilas de notáveis e abastados romanos. Um dos mais típicos terá sido o que Plínio o Novo mandou

instalar junto duma das suas vilas da Toscana, do qual deixou descrição literária.

Localizado numa vertente dos Apeninos, beneficiava de vista soberba, que podia admirar-se mais comodamente dum xisto descoberto ou, com tempo chuvoso, pelas aberturas dum *criptopórtico* (pórtico de abóbada). Além destes elementos, o jardim compreendia: termas; *dietas* com quartos; um pátio para repouso, com pinturas murais e «um espelho de água onde se reflectiam quatro plátanos»; um vasto hipódromo; um jogo da pela; estátuas, baixos relevos, bancos, quadrantes solares, vasos artísticos assentes sobre peanhas, escadarias, fontes, tudo em mármore; certamente, grutas e cascatas armadas com rocalha de pedra-pomes e embrechados de conchas; aviários e pardaleiras; atracções diversas; e, como extravagância, sob um pavilhão de colunas, uma sala de jantar onde a mesa era substituída por um tanque elevado, em que flutuavam os pratos, imitando a forma de barcos e de aves aquáticas. Bosques e árvores dispersas ou enfileiradas; passeios ladeados por altas sebes fingindo muralhas, ou por buxos tosquiados em forma de animais; berços, pérgolas; talvez laçaria e labirintos de buxo; canteiros floridos e, «por toda a parte», rosas: representavam a colaboração da Jardinagem propriamente dita neste domínio encantado.

Os romanos, ricos ou pobres, amavam muito as flores, que utilizavam para gozo dos vivos e prazer dos mortos — pois se acreditava que estes continuavam presentes, na promiscuidade secreta dos deuses e dos génios da terra. Assim, era hábito lançar flores sobre as sepulturas.

Com flores, sobretudo rosas, ou com ramos verdes, se teciam coroas para honrar os deuses, os heróis da guerra e os vencedores de jogos. Também com elas se adornavam os convivas de banquetes e os assistentes das cerimónias de culto. Cada divindade tinha a sua espécie preferida. Assim: Apolo, o loureiro; Afrodite, o mirto; Dionísio, a videira; Flora, a rosa.

Na falta de jardins, os romanos enfeitavam os pátios e as janelas das suas casas com vasos floridos.

Por ocasião das grandes festividades públicas, atapetava-se com flores os pisos dos templos, os pavimentos das ruas e os átrios das habitações. Entre essas festividades contavam-se as *Florálias*, ou Festas da Primavera, que se realizavam anualmente, de 28 de Março a 3 de Abril, em honra da deusa Flora. Eram verdadeiras festas das flores.

Os jardins eram tema predilecto das pinturas que decoravam as paredes das habitações romanas, bem como as dos pórticos e dietas. Tais pinturas visavam, por vezes, a dar a ilusão de que prolongavam os jardins contíguos. E o realismo chegava a ser tanto que, além dos pássaros pousados nos ramos, nos mesmos se viam alguns caracóis.

Voltando à famosa série dos jardins dos imperadores, vamos agora ocupar-nos do mais representativo e decerto o mais isento de extravagâncias banais.

Trata-se daquele que o imperador Adriano mandou instalar na linda estância de Tibur (hoje Tivoli), para enquadramento da sua *Vila Adriana* — obra excepcional e esplendorosa que, na Antiguidade, assinalou o climace da evolução dos jardins.

Deste belo parque, cujas estátuas serviram para abastecer muitos museus da Europa, ainda hoje podemos admirar alguns pormenores poupados pelo tempo e, numa pequena parte, reconstituídos.

Helenista convicto, homem fino e culto que praticava a Arquitectura, a Escultura e a Pintura, o imperador Adriano (117-138 d. C.) ai mandou reproduzir os locais e os monumentos que mais o tinham impressionado nas suas longas viagens pelos recantos do Império, do que resultou o extraordinário conjunto que, muito sumariamente, passamos a descrever.

A *Vila Adriana*, com os seus múltiplos ajardinamentos e obras artísticas, ocupava um vasto planalto e o vale contíguo que, pelo norte, o separava dos próximos contrafortes dos Apeninos, onde se erguia a cidade de Tibur.

A «vila» propriamente dita, pequeno mas luxuoso palacete, abeirava-se do vale, onde o imperador fez instalar o jardim evocativo do famoso *Vale de Tempe*, um dos locais mais apreciados da Grécia. Era formado por uma série de terraços, ornados com pórticos e tanques

de mármore, seguidos duma grande exedra sustentada por colunas, donde se descia por rampas suaves até ao recinto adornado com flores.

Para sul do palacete, erguia-se uma basilica e diversos edificios adstritos ao serviço official, incluindo apartamentos, salas de audiência e acomodações diversas.

Seguiam-se, em grande área, as magnificas instalações destinadas a exercicios fisicos e a actividades intellectuais: termas, piscinas, estádio com importantes anexos, outros recintos para jogos, Liceu e Academia figurando os de Atenas, e nada menos de três teatros — tudo intercalado por espaços ajardinados e bellissimas decorações, das quais a gravura que reproduzimos dará uma ideia.

Para poente do palacete, num vasto recinto terraplanado: a emoldurar um enorme tanque, talvez um viveiro, erguia-se um majestoso pórtico rectangular. Representava o *Poecile* de Atenas e, como este, tinha as paredes interiormente adornadas com belas pinturas. Desta construção subsiste o tanque e uma das paredes laterais construída em tijolo. Mede 10 metros de altura e 230 metros de comprimento.

Percorrido o longo pórtico sob as galerias, passava-se a uma rotunda descoberta, ou xisto romano, donde, por surpresa, se avistava um amplo e vastissimo panorama, em que a cidade de Roma desenhava o horizonte, enquadrada no recorte dos montes mais próximos. Este terraço, que igualmente resistiu às crueldades do tempo, é um genuino antepassado dos miradouros modernos; e o elemento «surpresa», aqui tão valorizado, inspirou posteriormente muitos compositores de jardins.

Para sul deste conjunto, onde também existia um pequeno vale, reunira Adriano as suas recordações do Egipto, sobretudo as de Canopo, aprazível estância do delta

do Nilo muito frequentada pelos habitantes de Alexandria.

Esta parte dos jardins era dominada por um imponente canal, com 220 metros de comprimento por 80 de largura, que simbolizava o famoso rio. Na sua origem, uma construção sumptuosa, misto de santuário e castelo de água, evocava o templo de Canopo, onde se adorava Serápis. Uma estátua deste deus occuparia o centro da ábside, distribuindo-se em nichos muitas outras divindades egipcias.

A água, transportada em aqueduto, jorrava abundantemente do interior desta espécie de grande ninfeu, caindo em cascata sobre sucessivas pias e degraus de mármore, até chegar ao canal, onde navegavam barcos de recreio.

Também Adriano terá dotado o seu parque com um arranjo evocativo das potências infernais, dirigidas por Plutão — tema inspirado no poema Eneida, onde Virgilio descreveu o cenário dos infernos (1).

Não dispomos de elementos que nos permitam indicar as espécies e os arranjos florísticos que terão acompanhado e emoldurado o tesouro artistico da Vila Adriana. Mas, por muito que se tenha querido que os mesmos correspondessem à grandiosidade e ao esplendor do conjunto, cremos que o anseio não terá podido alcançar-se. Pois, certamente, a monumental riqueza dos jardins romanos no referente a obras de arte, só terá servido para encobrir (se não para realçar) a desproporção dos recursos da Jardinagem própria dita.

A bela Arte dos Jardins deve aceitar sem repulsa as dádivas da Architectura, da Escultura e das outras Artes, estimando-as como filhas adoptivas. Mas só a Jardinagem é sua filha legitima.

(1) Os «temas infernais» eram muito usados nos jardins romanos mais fantasistas, da época dos imperadores.

APONTAMENTO DE UMA VIAGEM

7—De Split a Dubrovnik

Por MAXIMINO ALVAREZ
Eng. Silvicultor

(Continuação do n.º 2553, pág. 782)

Maio, 11. São 7 e 30 da manhã. Já tomámos o pequeno almoço, no jardim do hotel. Em frente de nós, turistas, que aparentam ser ingleses. Pagamos ao funcionário da Centroturist mais 1800 dinares de uns extraordinários de alojamento, a acrescentar às duas contas de 37 125 e 19 500 dinares que havíamos satisfeito à partida de Zagreb. O tempo está esplêndido, garantido por um sol radioso. Escrevemos um postal, um *dopiniska*, à família. Saimos. «*Gde je posta?*».

Partimos de Split por volta das 8 e 30, a bordo de um dos barcos que fazem a cabotagem, o «Partizanka», em direcção a Dubrovnik, por entre as milhentas ilhas que se estendem ao longo do litoral jugoslavo. Maravilhosa viagem, esta, em que tanta beleza natural desfila diante de nós...

Primeiro, passa-se à ilhargá das ilhas de Solta e Brac e, contornando-se esta pelo sul, atravessa-se o canal de Hvar, que a separa da ilha de igual nome, pela amenidade do seu clima e luxuriante vegetação, chamada a «Madeira do Adriático», em cujo porto se pode vislumbrar uma bela «logia», e toca-se em Makarska, no continente. Depois, navegando junto dele, atinge-se Sucuraj, extremidade oriental da ilha de Hvar, após o que se penetra no canal de Korcula e, ficando a norte a ilha de Peljesac, se enxerga a cidade de

Korcula, com a sua fortaleza napoleónica e monumentos históricos das épocas veneziana e genovesa, para, mais adiante, através do canal de Mljet, se contemplar, extasiados, a ilha homónima, uma das mais pitorescas do Adriático, convertida em parque nacional.

Além de se admirar a paisagem, a viagem oferece o ensejo para conversar e trocar impressões técnicas. E uma vez mais os colegas jugoslavos nos atendem pacientemente e nos esclarecem acerca dos problemas que lhes pomos sobre a silvicultura da sua pátria. Radocic, Kraljic, Ziani, Jedlowski, Alikalic, Vrdoljak, este, director da Sumarska Skola za Krs, de Split, que, a partir de hoje, se integrou na caravana, têm sido incansáveis.

Aproximamo-nos de Dubrovnik. Deixamos de novo o salão e subimos até ao convés. Sopra uma aragem que solta os cabelos daqueles que nada têm a prendê-los. Não a nós, que pusemos uma boina, nem a Mlle Durouvenoz, gentil secretária suíça da Divisão de Florestas e Produtos Florestais da FAO, a quem lindo lenço cobre a cabeça. Sentamo-nos a seu lado e contamos-lhe as nossas viagens pelo seu belo país e também falamos do nosso. Chamam-nos, para nos mostrarem, no continente, Trsteno e o seu extraordinário «arboretum». Já sòzinhos, encostamo-nos à amurada. Esta paisagem faz-nos

recordar outra, por contraste. Puxamos por um «Prilep». Reparámos que é fabricado no combinado de Tutunov. Acendemo-lo, e ficamos a pensar, alguns minutos, no Carso. O que vimos e as explicações que nos deram ajudam, agora, a melhor formar uma ideia acerca do que ele representa para a Jugoslávia.

Estende-se o Carso por uma superfície superior a 5,5 milhões de hectares de relevo fortemente acentuado, que, subindo a 2000 m, cai a pique sobre o mar, na costa do Adriático, crivada por depressões mais ou menos desarborizadas, zona, essa, de marcadas diferenças climáticas, compreendendo, no conjunto, sob o ponto de vista macroclimático, uma região de clima de montanha e outra de clima mediterrânico, e abrangendo, no Sul e no Sudeste, 22% da superfície do país, mas englobando apenas 14% da sua população.

E se pastagens e prados de montanha susceptíveis de bons rendimentos e florestas geralmente bem conservadas caracterizam a primeira destas zonas, a segunda distingue-se pela ausência de florestas, em virtude da contínua degradação da cobertura vegetal, e pela existência de pastagens e charnecas pedregosas quase ou totalmente improdutivas. No entanto, a viticultura e a fruticultura são, por vezes, possíveis na zona do Adriático, devido a condições favoráveis, sendo nela de assinalar, longe do litoral, a presença de «poljes».

O actual estado de degradação do Carso jugoslavo é a consequência da

intervenção do Homem e das condições edafo-climáticas, parecendo a resolução do seu problema exigir uma acção composta, com predominância, consoante as zonas, da industrialização dos produtos da terra, do fomento das culturas agrícolas mais apropriadas, da produção florestal, do melhoramento das pastagens e do ordenamento turístico. Designadamente no sector silvícola, é de considerar a introdução do abeto nos povoamentos de faia, a de espécies forrageiras e melíferas e a cultura densa de resinosas, nomeadamente *Pinus nigra*, *P. nigra* var. *pallasiana* e *P. helderica*.

Experiências em curso permitem desde já precisar métodos específicos de actuação para diferentes zonas do Carso. Assim, por exemplo, enquanto é de aconselhar a exploração agrícola intensiva, extremamente rendável, devido à sua elevada fertilidade potencial, nos «poljes», após drenagem, irrigação e protecção com cortinas de abrigo, a intensificação da produção florestal, acompanhada da transformação industrial da respectiva matéria-prima, é preconizada para a zona montanhosa inferior, e a da produção crescente de forragens e prados de montanha, acima do limite da vegetação florestal.

Fazendo parte da extensa região cársica situada na zona submediterrânica, estende-se, através de cerca de um milhão de hectares, uma cobertura de espécies de folha caduca muito degradada, de matos, «sikara», e de «landes» pedregosas, na qual, em virtude do elevado custo dos investimentos e da demora das respectivas explorações, a reconstituição só poderá processar-se por acções limitadas, de preferência nos pontos onde seja viável a mecanização da reflorestação ou o melhoramento de pastagens se afigure económico. Os objectivos imediatos a atingir, segundo os casos, deverão ser, de um modo geral, a protecção contra a erosão, a arborização com fins turísticos, o recurso a pastagens arbóreas, inclusive empregando novas espécies, e a instalação de bosquetes de essências resinosas.

Sacamos outro cigarro. Dubrovnik encontra-se já na nossa frente. O Sol continua a declinar no hori-



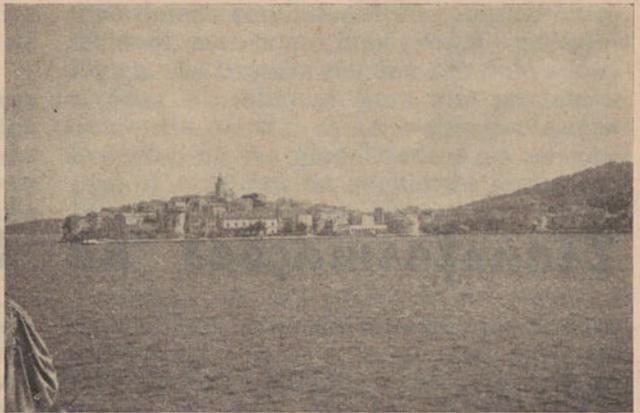
O «Partizanka» aprestando-se para largar

zonte. Tornamos ao salão, para irmos buscar a nossa «Kodak». Está quase deserto. Garrafas, copos e chávenas em cima das mesas, e, numa delas, dois jornais: o «Borba» e o «Politika». Dirigimo-nos para a saída. A habitual azáfama dos marinheiros para procederem à atracação. Gente que se apresta para desembarcar. Atracamos; gente que sai. Saimos também, e eis-nos em Dubrovnik, cidade de 20 000 habitantes, desenvolvida a partir de uma colónia eslava e de outra, Ragusium, fundada por imigrantes oriundos do Epidauró, e que proclamada república independente, no século XIV, assim se manteve até 1808, ano em que formalmente deixou de o ser, quando da ocupação pelos exércitos de Bonaparte.

Terminara a viagem de estudo, para seguir-se a reunião.

Falou-se frequentemente nesta viagem da «cultura de árvores», na qual a Jugoslávia parece estar seriamente interessada, em virtude das suas vultosas e crescentes necessidades em material lenhoso. Lembremo-nos, a propósito, das sobreexplorações que ela se viu obrigada a realizar no período de reconstrução que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, esse cataclismo que o país suportou durante quatro anos, depois da invasão pelas potências do «Eixo», em 1941, e que lhe causou, a par de importantes prejuízos materiais, a perda de 1 700 000 vidas humanas. Chegou-se, então, a exceder em quase cem por cento a possibilidade da floresta jugoslava. Mas como proceder de outro modo em tais circunstâncias?...

Destinada na Jugoslávia, tanto à planície, como à baixa montanha, e recorrendo-se, quer à plantação de choupos, quer à de resinosas de rápido crescimento, a produção lenhosa em «cultura de árvores», na qual a produção florestal, se possível combinada com a moderna pecuária, se associa, nos primeiros anos após a instalação, à produção agrícola, é uma forma de produção industrial acelerada e altamente produtiva, obtida pela adopção de medidas agrícola-silvícolas apropriadas, traduzindo um tipo superior de produção vegetal, em que as plantas, convenientemente tratadas, utilizam ao máximo



Korcula

o solo, a humidade, a luz e o espaço aéreo.

Até hoje, os resultados experimentais mais prometedores foram alcançados, segundo parece, com o cv. *Populus robusta* e o clone italiano I-214, e tudo leva a acreditar que, quanto às resinosas, o venham a ser com a *Pinus strobus*, *Pseudotsuga taxifolia* var. *viridis*, *Larix europaea* var. *sudetica* e raças seleccionadas de *Pinus sylvestris*, *P. nigra* e do género *Picea*, estimando-se, por exemplo, ser viável obter, em revoluções de 10 anos, 300 m³ de madeira de choupo por hectare, o que, considerando a produção agrícola intercalada nos 4-6 primeiros anos, permitirá um rendimento anual, por hectare, da ordem dos 330 000 dinares: 250 000 a 300 000 do material lenhoso e 50 000 a 200 000 da cultura agrícola intercalar.

Note-se prever o Plano para 1961-1965 a instalação de 75 000 ha destas plantações, com predominio de choupos, as quais serão intensificadas nos próximos planos, por forma a poderem contribuir para a satisfação do consumo futuro, e que as possibilidades potenciais jugoslavas para a instalação de espécies de rápido crescimento são avaliadas em mais de um milhão de hectares.

Se já nos referimos neste apontamento ao Instituto de Resinosas de Jastrebarsko, acrescentaremos, agora, competir ao Instituto do Choupo de Novi Sad, criado em 1958, importante papel nesta acção

(Continua na pág. n.º 816)

Transformações na Comunidade Rural

Por G. SANTA RITTA

Eng. Agrônomo

NA comunicação relativa às modificações estrutu-

rais e funcionais na comunidade rural apresentada em 1960 pelo Prof. Wibberley, da Universidade de Londres, ao II Congresso Europeu de Sociologia Rural, é defendida a opinião que as mudanças nos hábitos de trabalho e de vida da população da Europa Ocidental foram tão aceleradas e intensas nos últimos anos, que a distinção entre cidade e campo e entre comunidades rurais e urbanas se alterou profundamente. No meado do século XX tornou-se incerta a significação real da expressão *comunidade rural*, bem como das diferenças entre população rural e urbana, nas suas condições de vida, nas suas esperanças e aspirações, nas suas atitudes e nos seus costumes.

As distinções tradicionais entre *rural* e *urbano* são baseadas nas diferenças de densidade de população, condições de *habitat* e formas de emprego ou graus de dependência em certos tipos de ocupação.

Assim, a distinção baseada na proporção da população ocupada na agricultura, ou por ela mantida, vai diminuindo sempre, de modo que em muitas áreas rurais a elevada proporção de agricultores ou de população do sector primário, não é já o aspecto dominante.

Também quanto à distinção baseada no facto das comunidades rurais serem dominadas pelos fenómenos da natureza, ao passo que nas urbanas predomina um meio criado pelo homem, além de ser dificilmente mensurável e definível em termos absolutos, não tem aplicação em muitas zonas rurais de regiões economicamente adiantadas. No caso, por exem-

plo, das zonas de colonização interna dos polímeros holandeses, obser-

va-se uma curiosa amálgama de factores naturais e estruturas criadas pelo homem, com predominância destas últimas.

Estas e outras considerações do sociólogo britânico, embora apresentando apreciável interesse, não podem ser aceites sem critica. E assim, Henri Mendras salienta o facto de ele entender que a difracção *rural-urbano* não apresenta já significado, bastando-nos estudar a integração progressiva dos rurais na civilização urbana. Se os termos empregados (diz Mendras) não fossem *urbano* e *rural*, mas antes *camponês* e *agricultor*, o problema tomaria dimensões diferentes. Existem ainda, efectivamente, na Europa ocidental e noutros continentes, sociedades camponesas tradicionais, que conservam toda a sua coerência mesmo quando estão integradas numa sociedade global cuja dominante é industrial e urbana.

Os problemas fundamentais que se põem aos camponeses e às sociedades tradicionais no momento em que se transformam ou desaparecem brutalmente, integrando-se numa nova civilização, não parecem ser, na opinião de Mendras, aqueles que se apresentam com maior importância e que devemos estudar com preocupações científicas e de utilização prática. Os mecanismos sociais que presidem à passagem dum tipo de sociedade a outro parecem-lhe mais ricos de conteúdo e de significado para o sociólogo, devendo ser estudados para formular uma problemática e organizar técnicas e métodos de investigação que farão progredir o nosso conhecimento sociológico,

geral, podendo ser utilizados na política e na acção social dos países em via de desenvolvimento.

As opiniões do Prof. Mendras (cujos trabalhos constituem valiosos elementos de estudo e com quem tenho efectuado troca de impressões para mim muito proveitosas), nem sempre têm a minha inteira concordância. Sucede que no passo acima transcrito, com o qual me encontro absolutamente de acordo, existe certa contradição com afirmações feitas noutros lugares pelo sociólogo francês. Como tive então oportunidade de relatar aos leitores, este foi um dos pontos debatidos no Seminário de Sociologia Rural efectuado há tempo em Lisboa, e as perguntas formuladas por mim e por outros participantes incidiram sobre ele.

Prosseguindo na sua exposição, Mendras afirma que devemos estudar, com prioridade, todos os níveis da realidade social nas sociedades tradicionais que conservaram a sua coerência, para assim compreender a totalidade e a globalidade. Para isso, é particularmente significativo o estudo da maneira como os camponeses analisam a sua própria situação e o seu futuro. O sistema de estratificação e de mobilidade social, o sistema de valores e a visão do mundo, os costumes, etc., devem ser objecto da nossa atenção, em relação com as estruturas ecológicas e económicas. É a reacção global duma sociedade em contacto com uma nova civilização que nos vai revelar os aspectos e os mecanismos fundamentais da mudança. Sob o pretexto de que as nossas técnicas quantitativas não estão ainda elaboradas para esse estudo, não devemos desprezá-lo em favor da análise de aspectos mais facilmente quantificáveis. Existem sociedades tradicionais cujos membros vão trabalhar nas zonas industriais vizinhas ou em regiões longínquas para assim ganharem o dinheiro que lhes permitirá fazer sobreviver a sociedade sem a transformar.

Esta observação é plenamente válida para a organização social rural de muitas províncias portuguesas (especialmente no Norte) e tem, quanto a nós o maior interesse.

Esta defesa duma sociedade *camponesa* não deve ser compreendida como

uma defesa sentimental do camponês tradicional, mas como uma posição metodológica. As transformações são hoje muito rápidas e profundas para que possamos deixar de estudar os seus mais profundos aspectos na sua globalidade e em relação com o conjunto da sociedade em geral. Mendras termina por afirmar que a civilização urbana se transforma ao mesmo tempo que a rural e que se elas tendem a integrar-se não podemos prever qual será a civilização de amanhã, que poderá sob certos aspectos, estar mais perto da civilização *camponesa* que da *urbana* dos nossos dias.

E estes pontos de vista do sociólogo francês, sem dúvida de grande utilidade para a compreensão dos fenómenos de transição em países menos industrializados, não invalidam, no entanto, algumas das observações do seu colega britânico, que merecem, igualmente, meditação e estudo.

Assim, entre as causas das modificações na estrutura e funções da sociedade rural, Wibberley salienta a diminuição da auto-suficiência nas áreas rurais, através do fenomenal crescimento da mobilidade de pessoas e mercadorias. A transformação da exploração agrícola, que passou de produzir alimentos apenas para o seu próprio consumo ou para as necessidades locais, para uma organização do tipo fabril produzindo quase inteiramente para o mercado e comprando numerosos produtos que lhe são necessários, foi completa em muitas regiões e parcial noutras: mas a mudança foi dramática em toda a parte. Nesta mudança, a fase inicial implicou a mobilidade de bens e serviços de e para a agricultura. Simultaneamente foi aumentando a mobilidade de pessoas de e para os meios rurais, com uma fusão de atitudes, aptidões, experiências e desejos. A mobilidade colectiva, através da expansão dos caminhos de ferro e autocarros, seguiu-se a mobilidade individual dada por automóveis, motos e bicicletas. Uma existência local sem utilização de motores de combustão ou explosão foi substituída por uma vida económica, social e cultural baseada quase exclusivamente num sistema de intercâmbio accionado pela energia do carvão, da água e dos combustíveis líquidos. Nas regiões

altamente desenvolvidas surge uma cultura comum à cidade e ao campo, uma cultura que não é rural nem urbana.

Entende-se geralmente que uma pessoa criada numa economia de troca altamente organizada possui um espírito urbano. Se aceitarmos esta ideia, o problema para muitos países europeus consiste em encontrar um ambiente, mesmo nas áreas rurais pouco povoadas, em que as pessoas dotadas de espírito urbanizado possam viver e trabalhar com êxito e felicidade.

Além destes aspectos relacionados com o declínio da auto-suficiência, assim como os relativos à integração dos padrões das comunidades rurais e urbanas, Wibberley trata de outros problemas, igualmente importantes, e que noutra ocasião procuraremos resumir. Entre eles, citam-se:

- a) *A rigidez dos padrões de implantação.*
- b) *O impacto da urbanização.*
- c) *As pequenas comunidades e o problema da distância.*
- d) *O impacto sobre a estrutura agrária.*

Para terminar, salienta-se o importantíssimo problema da resistência às transformações na estrutura da administração local.

As pequenas unidades de administração local nos meios rurais sofreram uma intensa erosão em energias e finanças, devido à migração de grande parte dos seus habitantes e ao desenvolvimento de numerosas organizações regionais relativas a numerosos serviços e acções sociais necessárias no campo. O abastecimento de água e electricidade, os serviços de saúde e a educação são orientados para grandes áreas e objecto de um planeamento centralizado. A administração dos serviços alarga-se a áreas cada vez mais vastas, e isso significa que os poderes de uma autoridade central tendem a aumentar, enquanto os da administração local diminuem. Por isso, apesar da facilidade de comunicações, as populações locais têm cada vez menos controle directo sobre os negócios locais e um sentimento de isolamento em rela-

ção àqueles que tomam as decisões fundamentais. Brancey, ao discutir os problemas de administração rural local, sugere que a solução para o problema consiste em atribuir o governo local de tal forma que ele seja distribuído por áreas maiores mas com mais possibilidade económica de serem trabalhadas. Isso pode levar os habitantes dos meios rurais a tomar as suas próprias decisões e a influenciar o governo local.

O mais importante será adaptar a estrutura do governo local quando a maior aplicação local dos serviços económicos e sociais possa fazer-se sem perdas do ponto de vista administrativo e financeiro.

Certamente, em muitas regiões, é necessário uma forma de governo local, com maior e mais lógico desenvolvimento dos serviços. As áreas urbanas e rurais devem ser combinadas, de modo a efectuar a integração da cidade e do campo em função das necessidades e atitudes das respectivas populações.

Apontamento de uma viagem

(Continuação da pág. 815)

em que a Jugoslávia está empenhada. Assim, além do exame sistemático do material importado, este estabelecimento científico ocupa-se da selecção de choupos com vista ao descobrimento das raças, híbridos e clones mais produtivos e mais resistentes às condições do país.

Mudando de assunto, vamos registar alguns números que, pela sua magnitude, merecem certa meditação. Existem na Jugoslávia perto de 2200 engenheiros-silvicultores e para cima de 500 engenheiros da indústria da madeira, enquanto o número de técnicos com formação média anda à volta de 1900 na silvicultura e de 900 na indústria da madeira. De uns 10 000 guardas-florestais que havia, metade são hoje operários superiormente qualificados do sector. Quanto à investigação florestal, dispõe ela de doze institutos, nos quais se incluem os dois atrás citados, coordenando um «Comité» o planeamento dos respectivos trabalhos.

(Continua)

TRABALHOS

EM

NOVEMBRO

Continuar as sementeiras dos cereais de pragana (aveia, centeio, cevada e trigo);—dos legumes (ervanço nos sitios secos e quentes, ervilha e fava) e terminar a das forragens, pensos ou comedorias (ervilhacas, garroba para grão ou misturada, serradela, trevos—encarnado, branco, violeta, do Egipto ou Bersim) e dos cevalhos ou adubos verdes (fenacho, cizirões, tremoços, trevo encarnado, serradela).

NOS CAMPOS

Limar, marear ou enlameirar os prados, permanentes de gramíneas ou os temporários de azevém ou erva da Beira e de erva molar.

Semear faixas de mato, segundo as curvas de nível, nas terras inclinadas para evitar a erosão.

Arrotear terras a mato para sementeiras ou plantações sobretudo nas zonas serranas, onde o tempo o permita.

Alqueivar ou decruar, as terras cultivadas, em dias enxutos.



Continuar a apanha da azeitona, tanto para azeite como para conserva, já iniciada no mês anterior nalgumas regiões.

NOS OLIVAIS

Decruar ou alqueivar os olivais em que se vão fazendo as colheitas;—encaldeirar nas terras inclinadas, para a

recepção das águas das chuvas e fazer a aplicação de cal ou sucedâneos nas terras que não a possuam.

Abrir covas para plantação após os frios.



Mondar nabijas e desfolhar. Semear ervilhas e favas, que são valioso recurso alimentar.

Proteger contra as geadas as cabeças das couve-flor atando ao alto as pontas das folhas mais compridas.

NAS HORTAS

Desafilhar as alcachofras e aplicar-lhes em volta, em caldeira, estrume de cabra ou ovelha, para apressar-lhes a formação das cabeças.—Cortar rentes à terra, as hastes dos espargos, aproveitar-lhes a semente se houver precisão, e adubá-los com estrume bem curtido.

Plantar os rebentos ou filhos das alcachofras, retirados dos pés-mães.

Recolher pôrros, nas zonas frias, e guardá-los em lojas, aterrados.

Plantar alhos, couves (portuguesa, da Póvoa, ou couvão, repolho temporão de Étampes, galega).

Semear, na Madeira:—alfaces, abóboras para colheita verde em Janeiro;—cebolinhas, cenouras, nabos e rabanetes;—feijão para colher vaginha em Janeiro-Fevereiro;—favas e lentilhas;—tomateiros. E plantar batatas ou sementes para arranque em Março;—couve-flor, alhos, morangueiros e tomateiros.

Preparar terrenos para os viveiros das plantas temporãs; e começar com as camas quentes para as sementeiras posteriores.



Roçar matos em abundância não só para as camas e as estrumeiras, mas ainda para fazer reservas a aplicar no

NAS MATAS E NOS MATOS

período de Inverno. Proceder à confecção de estrumes artificiais. Semear matos de leguminosas nas clareiras ou nos terrenos livres—giesta amarela, giesta branca, piornos, tagassasto e ainda tojo arnal e tojo molar.

Começa a sementeira de penisco e a plantação de árvores, especialmente nas regiões menos sujeitas às geadas.

Marcar o arvoredado para corte e resinação.

Inspeccionar os pinhais para se certificar do ataque de processionária, fazendo os primeiros tratamentos, se necessário.



Examinar os vinhos novos, para conhecer-se o seu estado e proceder a correcções, se forem necessárias.

Atestar as vasilhas mal cheias ou sulfurá-las para evitar doenças ou defeitos dos vinhos.

NAS ADEGAS

Arejar as adegas em dias calmos para evitar o aparecimento de bolores ou maus cheiros que muito podem prejudicar os vinhos, tornando-os defeituosos, o que acentuadamente os depreciará.



Desmadeirar, para que a madeira não apodreça nas pontas;—sacudir-lhe a terra;

NAS VINHAS

—chaquiçar e meter as pontas aguçadas em calda cúprica de, pelo menos, 3%.

Plantar já, em terra bem repassada pelas chuvas, barbados enxertados ou bravos.

Iniciar a aplicação de adubos orgânicos e de correctivos.

Escavar ou esgaivar para retenção das águas das chuvas e das folhas caídas.

Começar a podar dos sitios mais quentes e onde tenha de fazer-se consociação.

Limpar as cascas das videiras que tenham sido atacadas por cochonilhas e pincelar as cepas com calda sulfocálcica a 25% B (1 litro por 6 litros de água) ou férrica a 5-7% com 2 a 3% de cal em pedra.

Arrotear terras livres:—abrir covas ou valeiras para a reforma ou retanchar e abrir valeiras para aplicar mato, nas vinhas cansadas, juntamente com cal, gesso ou sucedâneos.



Abrir covas e plantar fruteiras de caroço—amendoeiras, ameixeiras, damasqueiros e pessegueiros.

Decruar ou alqueivar, se houver tempo livre, os amendoais e figueiras e aplicar-lhes cal, ou sucedâneos, onde não exista.

NOS POMARES

Aplicar aos citrinos, no terreno, cal em pó ou em leite, onde não exista ou se mostre deficiente.

Proteger os novos contra as geadas por pulverizações de leite de cal ou com cabanas feitas de esteiras, palhas, giestas, etc.. Prosseguir com as podas, que já devem ter-se iniciado, das fruteiras de caroço—amendoeiras, ameixeiras, damasqueiros e pessegueiros.

Fazer tratamentos contra doenças e pragas:—contra a cochonilha ou lapa das laranjeiras com caldas oleosas;—contra a lapa das figueiras com Albolíneo a 5%—contra o pedrado das nespereiras do Japão, se o fruto já estiver vingado; com caldas cúpricas.

Rolar as fruteiras de caroço, especialmente amendoeiras, que tenham de ser enxertadas na Primavera.

Raspar troncos e pernadas e pincelá-los com caldas férrico-cálcicas, ou sulfocálcicas.

Limpar os cachos das bananeiras das flores e folhas secas e proceder à monda das ervas quando sejam abundantes.

O sector horto-frutícola na

II Feira Nacional de Agricultura

Escolha e Calibragem de Frutos

(Do Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas)

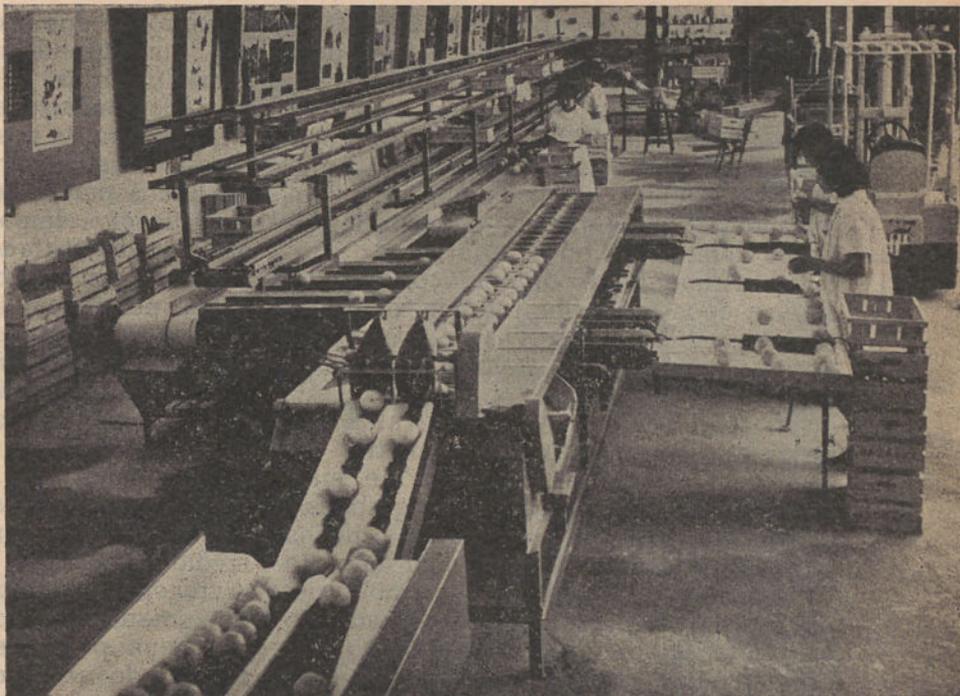


Foto 1 — Calibradora destinada a uma empresa de movimento. Rendimento horário: 2000 kg de fruta escolhida e calibrada

1) Equipamento para grandes unidades

Sendo fora de dúvida que, a exemplo do que se passa na generalidade dos países fruteiros, a futura comercialização das nossas frutas deverá ser apoiada nas centrais fruteiras, pretendeu-se expor um equipamento «tipo» a ser utilizado nestas centrais, o qual foi apresentado em pleno funcionamento, escolhendo e calibrando frutas como o faria em qualquer organização.

É muito grande a diversidade de maquinaria de escolha e calibragem posta hoje à disposição de quem pretenda equipar uma estação fruteira, tornando-se assim por vezes embaraçosa a escolha.

Para apresentação aos nossos produtores, escolheu a Junta Nacional das Frutas uma linha de máquinas que é talvez das mais generalizadas nas centrais fruteiras estrangeiras visitadas pelos nossos técnicos e cujos bons resultados estes mesmos técnicos constataram.

Outros tipos de maquinaria existem,

evidentemente, susceptíveis de satisfazerem do mesmo modo.

Nas suas linhas gerais no entanto, estes tipos de maquinaria assemelham-se e assim a apresentação da «linha» que funcionou em Santarém, elucida completamente sobre a forma como se devem efectuar hoje a escolha e a calibragem da fruta.

A calibradora das fotos 1 e 2 foi o tipo de máquina apresentada como «modelo» do equipamento a escolher para uma central fruteira.

O seu rendimento é de 2000 kg/h de fruta escolhida e calibrada.

As partes principais de que se compõe esta «linha», idêntica a outras do mesmo género, são as seguintes (ver fotos 1 e 2).

a) *Vasadouro de caixas.* Após a recepção da fruta e o seu provisório acondicionamento em caixas, estas são despejadas lentamente, por processo automático, num tapete de escolha e alimentação.

b) *Tapete de escolha e alimentação.*

Nesta parte do seu trajecto, os frutos, a velocidade igualmente lenta, sofrem dois movimentos: de translação e de rotação. A conjugação desses movimentos e a pequena velocidade em que esses movimentos são executados permitem às operárias ter tempo para eliminarem cuidadosamente, antes da calibragem, todos os frutos defeituosos ou deteriorados.

c) *Alimentador automático.* Nesta fase, e após a escolha referida, os frutos são encaminhados através de dois elevadores para as linhas (também duas) de orifícios de calibragem.

d) *Calibrador.* Aqui, os frutos são separados segundo o seu diâmetro, em oito calibres diferentes (além de mais dois, correspondentes a «muito grandes», os que não tiveram entrada nos orifícios por onde passaram, indo tombar na parte mais extrema do calibrador, e «muito pequenos», recolhidos logo à entrada do calibrador). Refira-se, quanto aos oito calibres mencionados, que os frutos dos dois

primeiros e dos dois últimos são recebidos num grande tabuleiro almofadado, com divisórias, e acondicionados pelas operárias encarregadas de os encaixotar, e que os frutos dos restantes quatro calibres — os calibres intermédios — são encaminhados para a mesa de distribuição e classificação. Importa esclarecer que os orifícios do calibrador que as fotos 1 e 2 nos mostram são de diâmetro regulável, o que permite aplicá-lo a variadas espécies de frutos.

e) *Mesa de distribuição e classificação.* Complementarmente ao calibrador — como se vê bem nas já mencionadas fotos, à esquerda, em segundo plano —, há uma mesa de distribuição e classificação, para onde são dirigidos, como se disse, os frutos dos quatro calibres intermédios (em regra, a maioria dos frutos). A recepção é feita em tapetes rolantes que, mercê do movimento especial que possuem, permitem ao pessoal encarregado do acondicionamento dos frutos

executar o seu trabalho com a máxima perfeição. Esta mesa possui ainda um transportador de correntes com paragem automática e placa giratória de controle para saída das embalagens já cheias; estas embalagens são recolhidas no extremo da mesa e levadas, seguidamente, para uma câmara frigorífica ou para a expedição. Deve mencionar-se ainda que na parte superior desta mesa existem umas calhas onde se distribuem embalagens vazias, que deste modo estão sempre ao alcance do pessoal que delas necessita para o acondicionamento dos frutos.

2) Equipamento para empresas menores

Apresentou-se igualmente um outro tipo de máquina calibradora, de menor rendimento médio (1000 kg hora), indicado

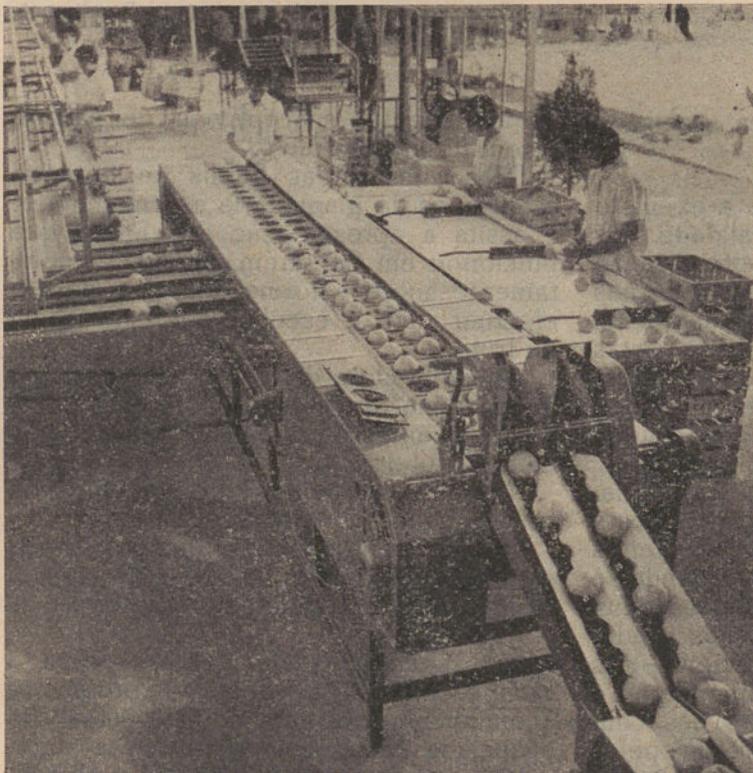


Foto 2 — Aspecto do calibrador da máquina apresentada na foto anterior. Aqui os frutos são automaticamente separados em 8 calibres

para utilização em empresas frutícolas de menor movimento. Essa máquina é-nos mostrada através da foto 3.

Neste caso, trata-se de um calibrador de cilindros perfurados (cilindros que são substituíveis conforme o diâmetro médio do fruto que se pretende calibrar). Permite seleccionar quatro calibres (além de, tal como o modelo anterior, os respeitantes a «muito grandes» e «muito pequenos»). Este calibrador também inclui vazadores de caixas, tapete de escolha e alimentação e alimentador automático.

Pré-embalagem

Não basta, como já se disse, escolher e calibrar bem os frutos, embora essas operações sejam fundamentais para uma comercialização correspondente ao nível de exigência dos mercados consumidores. Tem de encarar-se com igual preocupação o problema que é o da apresentação dos produtos horto-frutícolas ao público.

A *pré-embalagem* situa-se numa das primeiras linhas dessa preocupação. Consistindo no *acondicionamento em pequenas embalagens em que os produtos são vendidos ao consumidor* e estando cada vez mais em voga com o advento dos super-mercados, a *pré-embalagem* vai conquistando rapidamente as preferências do público consumidor. Torna-se evidente que uma estação fruteira ou qualquer empresa privada especializada no comércio horto-frutícola tem de se dedicar, numa boa parte, à *pré-embalagem*.

Estiveram expostos no nosso *stand* alguns modelos de máquinas de enchimento e fecho de sacos de rede para pequenas embalagens de frutas e produtos hortícolas (batatas, cebolas, alhos, etc.).

A foto 4 documenta um dos modelos mais simples desse género de máquinas.



Foto 3 — Equipamento destinado a uma empresa de menor movimento. Rendimento horário: 1000 kg de fruta escolhida e calibrada

Embalagem

Tem-se dito repetidamente, e com razão, que *saber vender é tão difícil como saber produzir*. Ora, um dos aspectos mais permeáveis à sensibilidade de quem compra é a apresentação do produto que está à venda. E isto será tanto mais assim quanto mais elevado for o poder de compra do consumidor, quanto mais elevado e requintado for o seu gosto e quanto mais densa for a competição.

É um lugar comum: compra-se também com a vista. Embalar bem e com sentido comercial é pôr ao serviço da venda dos produtos horto-frutícolas — no mercado interno, como no externo — uma arma poderosa. A embalagem, escusado será dizê-lo, nunca poderá ser apenas a aparência exterior (no que se refere a frutos, por exemplo, estes deverão ser sempre sãos, calibrados, de boa quali-



Foto 4 — Máquina para enchimento e fecho de sacos de rede para pequenas embalagens de frutas e produtos hortícolas

dade, etc.—de modo a nunca defraudarem o comprador), mas a aparência exterior tem muito a ver com o êxito na venda de qualquer produto.

Na embalagem conta-se a *protecção* dada ao produto, o *bom gosto* (na apresentação de rótulos, etc.), conta-se o *asseio*, conta-se a continuidade de uma *marca* (que se soube impor ao público por ser sinónimo de um critério de seriedade), conta-se o exercer *atração* no espirito do consumidor (indo ao encontro das preferências quanto a dimensões de embalagem, peso, facilidade de transporte, etc.), conta-se o estar *normalizada*

assim a produção acha-se secundada por uma bem estruturada e equipada rede de comercialização.

Pelo contrário entre nós o produtor e o comerciante de frutas (e até mesmo o consumidor, na medida em que não exerce acção selectiva) estão dumã maneira geral alheados da importância destes problemas, urgindo portanto, por todas as formas possíveis, se procure chamar a atenção sobre assunto de tal forma decisivo para o futuro das nossas explorações frutícolas.

O nosso *stand* na Feira do Ribatejo foi mais uma tentativa orientada nesse sentido.

(isto é, de acordo com as regras oficialmente estabelecidas).

Ter sempre presente as questões respeitantes à embalagem deve ser um cuidado a que se não devem furtar todos os que, de algum modo, se dedicam à comercialização horto-frutícola.

Também este aspecto não foi descurado na apresentação do nosso *stand*.

Com a profusão julgada necessária para melhor chamar a atenção, foram expostos os modelos de embalagem e de materiais de acondicionamento mais aconselhados e generalizados na moderna comercialização de frutas.

Em países de fruticultura progressiva, a importância de que se reveste toda a série de operações que medeia entre a colheita e a venda do produto foi de há muito compreendida e



O Regime cerealífero

Decreto-Lei n.º 46595

I

1. O conjunto de medidas que o costume designa por «regime cerealífero» tem sido sempre definido para uma só campanha, logicamente aquela que imediatamente se segue à sua promulgação. Isto é, segundo os usos, o disposto no presente decreto-lei só deveria valer para a próxima campanha (1965-1966), uma vez que o regime da que finda agora foi definido no Decreto-Lei n.º 45900, de 1 de Setembro de 1964.

Ao estabelecer o presente regime cerealífero, o Governo altera de dois modos a prática até aqui seguida quanto à sua aplicação no tempo: por um lado, e tanto quanto isso for ainda possível, a lavoura verá a sua produção de 1965 já valorizada de acordo com as hipóteses mais favoráveis admitidas no regime que se deveria iniciar com a próxima campanha; por outro lado, o esquema de preços e de apoio financeiro à produção cerealífera vê aumentada a sua estabilidade, perdendo o seu carácter anual e passando a valer para um período de cinco anos, embora o Governo declare, desde já e expressamente, a intenção de o rever ano a ano, ajustando-o quando essa necessidade lhe for imposta ou pela experiência da sua execução ou por não se verificarem as previsões que neste momento é legítimo fazer quanto à evolução da economia nacional no próximo quinquénio. A esta correcção eventual estão, de resto, sujeitos todos os planos que o Governo e Nação se proponham levar a cabo.

Também no que propriamente respeita

ao apoio financeiro do Governo à lavoura cerealífera, o presente decreto-lei diverge profundamente dos que lhe antecederam: salvo no caso de produção do ano corrente, que beneficiará, sem condições, quer no reajustamento de preços, pagos ou garantidos, quer do apoio financeiro, a partir da próxima campanha este apoio só será dado aos empresários que iniciem, efectivamente, a reorganização das suas explorações agrícolas, pela reconversão das culturas ou pela melhoria dos seus actuais instrumentos e técnicas de produção. E fala-se de apoio financeiro do Estado com toda a propriedade, uma vez que, não prevendo o novo regime cerealífero o menor aumento dos preços tabelados do pão, o que a lavoura e a indústria irão receber a mais sairá, por inteiro, das disponibilidades do mecanismo de compensação de preços que é o Fundo de Abastecimento.

II

2. Quando, em Março passado, mantendo a linha tradicional da sua política de fomento da produção agrícola, se propôs reajustar melhor os métodos de execução dessa política à realidade da situação conjuntural da agricultura, que é de verdadeira crise, o Governo decidiu actuar no sentido do maior incremento e da máxima valorização possível das produções imediata e economicamente viáveis em cada uma das regiões do País.

Este processo de ataque à depressão em que se encontra a agricultura presuppõe o seu dinamismo e revela ter-se, desde logo, estabelecido um critério de

determinação das prioridades da acção. Na verdade, não se disse que se iria fomentar todas as produções, mas apenas aquelas que fossem economicamente viáveis em cada região. E, de entre essas produções, dar-se-ia precedência às que mais rapidamente pudessem contribuir para a melhoria do equilíbrio técnico das explorações e, conseqüentemente, para o aumento da sua rentabilidade. Usando outras palavras: embora o objecto immediato e dominante seja vencer a crise actual da agricultura, o Governo, de entre os métodos de actuação possível, procurará utilizar aqueles que, servindo esse objectivo immediato, ao mesmo tempo satisfaçam uma outra exigência de economia agrícola e que é a sua reorganização e reconversão cultural, de modo a evitarmos no futuro situações semelhantes à presente. É evidente que tanto o domínio da crise actual como a reconversão ou correcção do que não está bem nos nossos esquemas tradicionais de utilização do solo só serão possíveis se, com a maior decisão e com o maior bom senso, trabalharmos a partir das realidades técnicas e financeiras características da generalidade das explorações em cada região do País. Com o mesmo sentido das realidades se entenderá que, sendo limitadas as possibilidades de apoio financeiro e técnico do Estado, é indispensável conduzir sem perdas essas disponibilidades para as soluções que no mais curto prazo beneficiem o número maior de lavradores que queiram progredir.

3. Esta orientação geral será concretizada através da sucessiva e oportuna formulação das políticas respeitantes aos grandes sectores integrantes da actividade agrícola e florestal e abrange tanto a produção e o seu consumo em espécie, como a sua transformação industrial e os respectivos circuitos de distribuição.

Em despacho de 30 de Abril foi dado novo e decisivo passo na política de fomento pecuário. Este sector da actividade agrícola reúne as características requeridas para a prioridade que lhe foi atribuída, pois que, além de essencial à viabilidade técnica e económica da quase totalidade das explorações agrícolas do País, pequenas ou grandes, é um dos que

mais rapidamente podem provocar um aumento sensível do rendimento dessas explorações; por outro lado, o aumento das produções pecuárias — sobretudo a carne e o leite — é exigido para satisfação de necessidades essenciais do consumo no espaço português, que hoje neste sector é tão fortemente como desnecessariamente tributário do estrangeiro.

Surge agora a vez de definir outra política sectorial — a da produção cerealífera, tão importante como a pecuária e inseparável desta.

4. A produção de cereais vê neste momento aumentada a sua importância relativa no quadro da economia agrícola.

Por outro lado, a defesa da balança de pagamentos e as vantagens evidentes da nossa menor dependência do estrangeiro em matéria de abastecimentos essenciais leva a procurarmos a intensificação racional da produção cerealífera nos terrenos aptos e segundo os esquemas de exploração mais rentáveis.

No que directamente respeita a parte europeia da Nação, devem merecer especial cuidado os cereais que não possamos obter, em condições satisfatórias, nos territórios ultramarinos. O trigo é um desses cereais, sendo, quanto a ele, muito grande a dependência em que o consumo do espaço português se encontra do estrangeiro.

As necessidades crescentes da alimentação humana vêm juntar-se as da alimentação animal, e também o rápido aumento da produção de carne e de leite requer a intensificação da cultura cerealífera, quer esta se destine ao cereal em grão, quer à produção de forragens, em cultura estreme ou associada. E não pode ser esquecido que ainda hoje se recorre ao estrangeiro não só para satisfação de parte das nossas necessidades em carne, gorduras e produtos lácteos como fora do País vamos igualmente buscar parte dos cereais de que carecemos para a alimentação do nosso, aliás tão insuficiente, efectivo pecuário.

Olhada por outro ângulo, a cultura cerealífera surge-nos como um dos mais fáceis e eficientes veículos daquela recapitalização que é, hoje, condição primeira do êxito de qualquer tentativa séria de

reorganização da actividade agrícola em termos da sua viabilidade económica.

E não se pense que a cultura de cereais deva ocupar um lugar secundário naquelle esquema de reconversão que assegurará o equilibrio técnico, económico e financeiro das nossas explorações agrícolas. Ela intervirá sempre, como factor da maior importância, quer no melhor aproveitamento immediato das terras regadas, quer no esforço para o mais rápido aumento da rentabilidade das terras de sequeiro susceptíveis de produção agrícola economicamente viável.

É à luz de todos estes factores que se deverá procurar entender o apoio financeiro que pelo presente diploma se dá à produção cerealífera e que visa tanto a intensificação desta produção onde ela for técnica e economicamente possível como a sua reconversão em outras mais rendosas.

5. Quando, nas notas que adiante se farão sobre a cultura de cada um dos três cereais principais, observarmos o nível das suas produções médias unitárias seremos forçados a concluir pela impossibilidade no plano financeiro e pelo erro no plano económico de assegurar preços que remunerassem tão baixa produtividade.

Não sendo praticável um aumento sensível dos preços dos produtos finais a que esses cereais se destinam — e sobretudo o do pão — sem alterar as condições em que assenta a estabilidade financeira interna, a elevação dos preços dos cereais teria que ser, na sua quase totalidade, suportada pelo mecanismo de compensação de preços. E é fora de dúvida que o Fundo de Abastecimento não poderia sustentar este encargo mesmo que a totalidade das suas receitas anuais fosse levada a benefício da produção cerealífera — o que seria manifestamente injusto e inconveniente.

Mas ainda que fossem ilimitadas as possibilidades do Fundo de Abastecimento, seria, no plano económico, errado assegurar preços que cobrissem o custo completo dessas produções unitárias médias, pois que a seguirmos este caminho, em lugar de provocarmos um movimento acelerado de reorganização das explorações agrícolas, consolidariamos todos os

erros do seu actual esquema de produção, se não provocássemos, mesmo, a sua extensão a novas áreas de cultura.

É certo que para a miséria das médias de produção unitária contribuem as adversidades do clima. E embora quanto a estas nada possamos fazer, não é, mesmo assim, de ignorar que parte dos efeitos dessa adversidade podem ser atenuados se as culturas se implantarem nos solos próprios e as suas explorações se fizerem convenientemente (por exemplo a água de rega no milho, a drenagem nas terras de trigo).

A observação de séries estatísticas longas prova, no entanto, que, ao lado da irregularidade do clima, outras causas de correcção possível e muitas vezes fácil contribuirão, e mais do que aquela, para a baixa média unitária da nossa produção cerealífera. Não se andará longe da verdade quando se disser que as baixas médias unitárias da nossa produção cerealífera são, acima de tudo, devidas à cultura em vastas zonas que para ela não têm aptidão e a práticas culturais de todo divorciadas dos progressos da ciência e da técnica. Esta verificação, se leva a concluir que a crise da agricultura só pode ser vencida através de uma reconversão cultural quando necessária e do aperfeiçoamento constante das técnicas de cultivo, dá ao mesmo tempo grande alento à reorganização, pois nos prova que as dificuldades com que a lavoura presentemente se debate provêm sobretudo de factores que a vontade pode dominar.

O problema está em definir o sentido da reconversão e em utilizar bem os meios humanos e materiais de que dispomos para a iniciar com a menor perturbação, mas sem perda de tempo, pois estão em causa interesses privados que importam à Nação.

6. Reconversão da agricultura é, para o público não especializado, expressão tão corrente como imprecisa: tudo pode caber dentro dela, mesmo a reforma dos fundamentos do direito de possuir a terra. E, talvez por isso, a expressão não é grata à lavoura.

Como a parte mais importante do apoio financeiro que o Governo se propõe prestar à lavoura cerealífera assenta no inicio de

um movimento efectivo desta lavoura no sentido da sua reconversão, convém dizer aqui, em linhas muito gerais, o que por esta expressão se entende para efeito da atribuição aos empresários agrícolas das «dotações financeiras para reconversão e melhoria das técnicas culturais» instituídas no presente diploma.

Será considerada «acção de reconversão» toda aquela que conduza a uma elevação, técnica e economicamente correcta, do grau actual do aproveitamento da capacidade da produção do solo e, conseqüentemente, ao aumento da rentabilidade global das explorações agrícolas. Dentro deste conceito — e este ponto é da maior importância —, também a simples melhoria das técnicas culturais é considerada operação de reconversão para efeito do recebimento pelos lavradores dos apoios financeiros criados no presente diploma. O que importa é que se verifique um progresso no esquema actual de aproveitamento das explorações agrícolas.

Definida a reconversão com esta amplitude, não será impossível a nenhum empresário agrícola, grande ou pequeno, desde que o queira, situar-se nas condições que o presente diploma lhe exige para que possa beneficiar do apoio técnico e financeiro do Estado. Dentro deste conceito e para a realização dos objectivos do presente regime cerealífero, a reconversão cultural implicará acções de mais diversa natureza, desde as obras fundiárias de correcção dos terrenos à eleição das culturas e das técnicas de produção que não só se adaptem como corrijam as características actuais dos solos à melhoria possível da dimensão das explorações agrícolas (pela via individual ou associativa) e da sua racionalização e ainda à formação dos homens, sejam eles os puros proprietários da terra, os empresários que correm o risco da sua exploração ou os técnicos e os trabalhadores agrícolas.

Quando se queira olhar o problema da reconversão cultural, com o sentido da realidade e a noção do possível, logo se verá que não poderemos ter a pretensão de concretizar imediatamente um esquema de reconversão da agricultura válido para todo o País. Será difícil ir mais além do

que assentar no propósito de caminharmos, cautelosos mas decididos, para o incremento máximo do produto agrícola bruto em condições de viabilidade económica e, conseqüentemente, para a maior rentabilidade das respectivas explorações. Para a concretização desse esquema geral faltar-nos-iam muitos dos inquéritos de base indispensáveis a elementos fundamentais de informação como a carta dos solos, que ainda não está elaborada para todo o território do continente.

No entanto, a impossibilidade de proceder a essa planificação geral, aliás com aspectos tão tentadores de novidade revolucionária como de resultados imprevisíveis nas condições actuais da vida da nossa agricultura, não impede que possamos desde já iniciar um trabalho sério e seguro da reorganização da actividade agrícola.

Variando tanto, como variam de região para região, quer as aptidões dos terrenos, quer as características das explorações agrícolas e o modo de ser e a capacidade técnica e financeira dos seus dirigentes, se quisermos fundar a reconversão agrícola em alicerces firmes teremos que assentar no principio de que ela deve ser definida e conduzida em base regional. E se não nos é possível elaborar, com sufficiente exactidão, um plano de reconversão global da agricultura, estamos certos de que os técnicos dos serviços officiais, em intimo e permanente contacto com as explorações agrícolas e em trabalho de conjunto com as organizações que autenticamente representam a lavoura, poderão já propor, para cada região, o esquema de acção que melhor se adapte às suas características.

Devem esses programas de acção concreta ajustar-se às possibilidades da generalidade dos lavradores da região e, ainda que com algum atraso no caminho para objectivos mais ambiciosos, devem procurar atingir o mais rápido e visível aumento do rendimento das suas explorações. Esta dupla preocupação dominará todo o trabalho dos serviços regionais e presidirá à definição dos critérios de atribuição aos empresários agrícolas das «dotações financeiras para reconversão ou melhoria das técnicas culturais», previstas no presente diploma.

(Continua)

VINHO — ALIMENTO E REMÉDIO

Atenciosamente enviam-nos um número de A Voz do Domingo e chamam a nossa atenção para um curioso artigo da autoria do Ex.^{mo} Sr. Dr. António Alçada.

O interesse desse artigo levou-nos a transcrevê-lo, agradecendo à pessoa amiga que no-lo enviou e pedindo vênia a A Voz do Domingo para o fazermos.

«São notáveis as queixas da vitivini-cultura nacional quanto à existência, e em apreciável quantidade, de produtos alcoólicos que «abusivamente reivindicam e ostentam a categoria de produtos vînicos».

E, abusivamente, porque só pode ser considerado vinho «o produto resultante de fermentação alcoólica, total ou parcial, de uvas frescas ou do seu mosto, produzido segundo os processos tecnológicos admitidos por lei».

Chega mesmo a haver designações como estas: «vinho de laranja», «vinho de banana», «vinho de abacaxi»!

Não haja, pois, confusão entre tais designados produtos alcoólicos, ou outros da mesma natureza, e o vinho própria-mente dito.

Isto, sobretudo porque, sòmente ao vinho, ou seja, ao «produto resultante de fermentação alcoólica de uvas frescas ou do seu mosto», é que se têm referido várias autoridades considerando-o um rico alimento e um grande remédio.

Efectivamente, assim é.

Conforme o parecer dos professores *Loeber*, da Faculdade de Medicina de Paris, *Decref*, da Faculdade de Medicina de Madrid, e *Vires*, da Faculdade de Medicina de Montpellier, «um litro de vinho de dez graus corresponde, como alimento a 9 decilitros de leite, 370 gramas de pão, 585 gramas de carne e 5 ovos».

O professor *Genevois*, da Faculdade de Medicina de Bordeaux, demonstrou que existem no vinho dois potentes antibióticos capazes de destruir certos micróbios tendo chegado a isolar no vinho tinto

uma substância particularmente activa contra o colibacilo.

No Congresso Mundial de Gerontologia, realizado na Itália, os Drs. *Cayalieri*, *Cigna* e *Quarti* expuseram a sua teoria pela qual a arteriosclerose deve ser tratada com vinho, baseando o parecer, emitido nessa reunião magna efectuada para tratar da velhice e dos velhos, num proficiente estudo clínico de que foram objecto cerca de mil pessoas de idade internadas nos hospitais de Milão.

O médico americano Dr. *Lucya* considera que o vinho contém um tal número de produtos essenciais, sais minerais, açúcar e aminoácidos que não há necessidade de insistir para que um homem normal o tome.

Acrescenta esse médico também de nomeada que o vinho estimula a circulação arterial, atenua as dores dos hipertensos e dos atingidos pela angina de peito e aumenta o número de glóbulos vermelhos e o teor do sangue em hemoglobina e ferro.

Ainda considera o mesmo médico que o vinho é aconselhado, em virtude das propriedades reconstituíntes, aos velhos e convalescentes, que é calmante e regulador do metabolismo basal e beneficia os diabéticos fornecendo-lhes calorias directamente assimiláveis.

Mas, de novo se salienta, em todas as opiniões mencionadas trata-se apenas do vinho verdadeiro, isto é, do «produto resultante de fermentação alcoólica de uvas ou do seu mosto» e não de qualquer mistela.»

A P E R E I R A

Por JOAQUIM ABRANTES ZENHAS
Eng. Silvicultor

(Continuação do número 2552 pág. 738)

C — PODA DOS DARDOS

Os dardos não são propriamente ramos, na acepção corrente do termo. São antes, e com mais propriedade, órgãos de transição entre gomos foliares e ramos de fruto especializados, os esporões.

Normalmente a diferenciação do esporão verifica-se ao terceiro ano. Mas, por anomalias diversas, os dardos podem permanecer no mesmo estado, para além do terceiro ano, ramificando-se, ou então evoluir em verdascas ou ramos de madeira.

A existência de dardos rugosos, isto é, ramificados, na pereira, é sintoma de enfraquecimento; por outro lado, a evolução dos dardos em verdascas e ramos de madeira indica excesso de vigor das árvores, aparente, se for motivado por uma poda intensa, real, se é devido a excessiva adubação do terreno.

Só nos casos de evolução anormal dos dardos estes devem ser podados, mas a sua poda deve ser acompanhada das necessárias operações ao conveniente restabelecimento do equilíbrio vegetativo da árvore.

a) *Poda dos dardos rugosos.*

Sempre que os dardos se apresentem com este aspecto devem ser atarracados junto aos olhos da base. Estes olhos, que

estão no estado de dormência, podem evoluir em novos dardos em boas condições, ou em ramos de madeira que se aproveitarão com vantagem.

Deve, porém, procurar-se simultaneamente combater com eficácia as causas do enfraquecimento da árvore, que podendo ser várias, são na generalidade dos casos radicadas em deficiente adubação do pomar, especialmente em adubos azotados.

b) *Poda dos dardos que evoluíram em ramos de madeira ou verdascas.*

Se a evolução verificada tiver sido feita por uma verdasca e esta for curta, não se poda, aguarda-se que frutifique. Porém, se o dardo se apresenta ramificado numa verdasca comprida ou num ramo de madeira, suprime-se pela base se for rugoso e a árvore não se apresentar muito desguarnecida. Mas se o desguarnecimento desta for já acentuado e o dardo não for muito ramificado, atarraca-se a verdasca ou o ramo de madeira a 3 olhos.

Deve ainda averiguar-se se o desequilíbrio verificado na pereira foi devido a poda excessiva, ou a adubação abundante.

No primeiro caso devem praticar-se podas mais longas e no segundo diminuir a adubação azotada.

D — PODA DOS ESPORÕES

Os esporões são ramos especializados de fruto, cuja diferenciação é conveniente estimular, e que uma vez diferenciados, desde que seja boa a sua situação na copa, devem ser mantidos.

Normalmente não se podam, suprimindo-se, no entanto, pela base, sempre que não tenham sido suprimidos os dardos que lhe deram origem, os esporões mal situados, ou por estarem na extremidade de ramos de madeira, opondo-se ao seu prolongamento, ou por se encontrarem no interior da copa em deficiente situação de arejamento e iluminação.

Também há, por vezes, que fazer a supressão de esporões, mesmo que a sua situação seja boa, nas árvores excessivamente produtivas e nas que se encontram muito enfraquecidas, para estimular o seu revigoramento e intensificar a formação de madeira nova.

Em condições normais de frutificação e vegetação, os gomos foliares dos esporões, que na pereira são sempre laterais, evoluem em dardos, fazendo-se a ramificação do esporão por novos esporões. Nas pereiras com uma certa idade encontram-se, por isso, esporões muito ramificados, dando produções excessivas de frutos, que forçosamente têm de ser de qualidade inferior.

Nestes casos os esporões devem ser podados, cortando pela base um, ou mais ramos, de maneira a equilibrar o número de gomos florais a conservar, com o vigor da árvore, e a capacidade do ramo.

Não raro se encontram também, especialmente quando não é muito bom o equilíbrio vegetativo das pereiras, esporões ramificados por verdascas e ramos de madeira.

Nos esporões ramificados por verdascas aguarda-se a frutificação destas, se forem curtas, e podam-se a 3 olhos as que tiverem mais de 10 a 12 centímetros de comprimento. Os esporões ramificados por ramos de madeira devem ser suprimidos, desde que sejam já velhos e as respectivas supressões não motivem desgarnecimentos da copa; mas convém conservá-los, atarracando os ramos de madeira a 3 olhos, se forem novos, ou se houver o perigo de provocar o desguar-

necimento dos ramos em que se encontram inseridos.

Estas operações de poda, para que sejam eficazes, têm de ser realizadas simultaneamente com o combate às causas que motivaram o desequilíbrio das pereiras: estas devem ser sujeitas a podas mais longas e a adubação azotada do pomar tem que ser diminuída.

5 — Exploração intensiva da pereira em cordão

Modernamente é grande a tendência para explorar comercialmente a pereira em cordão, constituindo já este método prática corrente em vários países.

São múltiplas as vantagens que oferece, pois além de produções muito mais elevadas por unidade de superfície do pomar e mais precoces, são consideravelmente facilitados todos os trabalhos de granjeio.

Em especial, os tratamentos fitossanitários são muito simplificados e de eficácia mais garantida, por as máquinas trabalharem em movimento linear rectilíneo e por ser melhor a exposição de todos os órgãos aéreos da pereira.

A colheita da fruta não oferece também dificuldade por não ser grande a altura dos cordões e por as frutificações se formarem num só plano vertical.

Como inconvenientes deste método cultural, anotam-se somente o custo de instalação do pomar, que é elevado, e as exigências do seu granjeio, que tem de ser feito com cuidados em extremo.

Trata-se de uma modalidade intensiva de cultura, de todas a que é capaz de conduzir a melhores resultados económicos, mas que, por este mesmo facto, não admite faltas na orientação e execução dos trabalhos de cultivo, tanto por desleixo, como por falta de competência profissional do fruticultor.

Qualquer falta verificada conduz à quebra do equilíbrio do cordão, traduzindo-se imediatamente em grande diminuição de fruta, e é de correcção difícil.

As variedades de pereira muito vigorosas não são indicadas para explorar um cordão, dado o grande desenvolvimento aéreo que podem atingir. Mesmo as variedades de vigor médio ou fraco

só podem ser exploradas, segundo este método, se forem enxertadas em porta-enxertos especiais, obtidos a partir de clones de marmeleiro.

a) *Plantação da pereira em cordão.*

O terreno destinado à plantação de um pomar de pereiras, para explorar em cordão, deve ser muito bem preparado, dando grande atenção ao seu nivelamento e drenagem, e uniformemente mobilizado a 60 centímetros de profundidade, con-vindo ainda fazer-lhe uma subsolagem até um metro.

Tendo em atenção os resultados da análise do solo e do subsolo, deve corrigir-se cuidadosamente a sua reacção, sempre que seja ácida, fazendo a devida calagem com a intensidade requerida, e proceder à necessária adubação de fundo, tanto mineral como orgânica.

A incorporação de estrumes no terreno onde se vai plantar o pomar, assume grande importância, visto que depois da plantação não há possibilidades de continuar a estrumar o pomar em boas condições, porque sendo muito superficial o raizame não se podem fazer lavouras de profundidade superior a 10 centímetros.

Convém por este motivo fazer à plantação uma fertilização orgânica de 60 a 80 toneladas, ou mesmo mais, de estrume por hectare.

As pereiras são plantadas em linhas, espaçadas de 2,5 a 3 metros, mantendo na linha distâncias de planta, a planta, de 1,75 a 2,20 metros, conforme o seu vigor.

As linhas de fruteiras devem ser orientadas por forma a simplificar ao máximo os trabalhos mecânicos de granjeio do pomar, havendo, no entanto, toda a conveniência em que a sua orientação seja feita na direcção dos ventos dominantes, para evitar possíveis danos por eles provocados.

Dado que o terreno foi previamente mobilizado e fertilizado, bem como a sua reacção corrigida, basta abrir pequenas covas para plantar as pereiras. Tendo com estas todos os cuidados que referimos ao tratar no capítulo IV, da plantação do pomar, a sua plantação deve fazer-se deixando as árvores verticais e enter-

rando os porta-enxertos, sem que, contudo, esta profundidade exceda os 10 centímetros.

Pretendendo-se explorar em cordão variedades de pereira, relativamente vigorosas, o que não é de recomendar, devem ser plantadas com uma inclinação a 30°.

Na altura em que são plantadas, as pereiras podem apresentar-se em vareta, ou com a haste ramificada. No primeiro caso atarracam-se as varetas a 60 ou 65 centímetros; no segundo atarracam-se as plantas a 1,10 ou 1,15 metros e suprimem-se todas as ramificações, depois de escolhidas duas que distem do solo 50 centímetros, localizadas na direcção da linha e com boa inserção, que se atarracam a 3 olhos.

b) *Formação do cordão de pereiras.*

Para facilidade de exposição, e mais fácil entendimento da técnica de formação dos cordões de pereira, partimos do princípio que estas foram todas plantadas em vareta atarracada a 60-65 centímetros de altura.

No Inverno do segundo ano, após a plantação, as varetas apresentam-se ramificadas. Escolhem-se então três ramificações vigorosas e com boa inserção, a superior destinada ao desenvolvimento em altura da pereira, e as inferiores, que devem ter inserção lateral na direcção das linhas, distar uns 50 centímetros do solo, à formação do primeiro andar de ramos. Todas as outras ramificações devem ser suprimidas.

Das ramificações escolhidas a superior atarraca-se a 50-55 centímetros e as inferiores, se forem bem desenvolvidas e o seu comprimento o permitir, vergam-se na horizontal e juntam-se duas a duas, as de pereiras consecutivas, obrigando-as com fio de arame fino enrolado em espiral com o comprimento de 10-12 centímetros.

Praticam-se assim enxertos de encosto, soldando os ramos de cada pereira, aos das duas pereiras que se encontram imediatamente aos seus lados.

Se, por ventura, o desenvolvimento dos ramos não for muito bom e o seu comprimento não permitir a execução dos enxertos de encosto, atarracam-se sim-

plesmente a 2-3 olhos bem constituídos e espera-se pelos novos lançamentos, para no próximo Inverno constituir então o andar inferior de ramos.

Seguindo critério idêntico formam-se nos próximos e sucessivos Invernos os restantes andares de ramos, por forma a que cada cordão fique com quatro andares, intervalados uns dos outros cerca de 50 a 55 centímetros, o que dá para o cordão uma altura total de 2-2,20 metros.

c) Poda de frutificação da pereira cultivada em cordão.

Quando a pereira é explorada, segundo o sistema de cultura em cordão, a sua frutificação inicia-se muito cedo, por vezes logo no segundo ou terceiro ano após ter sido plantada. A sua poda de frutificação terá, por conseguinte, de começar a ser efectuada, ainda com o cordão em formação, podando-se para frutificar os andares formados anteriormente, e continuando a formação de novos andares até atingir o número total de quatro.

Não é difícil a poda de frutificação da pereira, quando cultivada desta forma, mas reveste-se de grande meticulosidade, para que seja boa a condução dos cordões e para que as produções de fruta atinjam volumes compatíveis com as possibilidades do método.

Todas as regras indicadas para a poda de frutificação da pereira, cultivada em forma de vaso, têm também aplicação no sistema de cultura em cordão, podando-se de acordo com os mesmos princípios os ramos de madeira, as verdascas, os dardos e os esporões. Nenhum ramo de madeira, porém, pode deixar de ser podado, mas já não há lugar para reservar uns para prolongamento e estimular outros a formação e evolução de dardos e esporões.

Pela poda, tem que procurar-se concentrar toda a rebentação ao longo de cada andar, distribuindo-a uniformemente

em todo o seu comprimento, para que não haja em qualquer ponto adensamentos de ramagem, sempre inconvenientes, e provocar a diferenciação constante de novos dardos e esporões.

Para atingir estes objectivos, em parte já grandemente garantidos pelo arqueamento dos andares, far-se-ão supressões de ramos, sempre que se reconheça serem necessárias, e atarracam-se a 3 olhos bem constituídos todos os outros ramos de madeira.

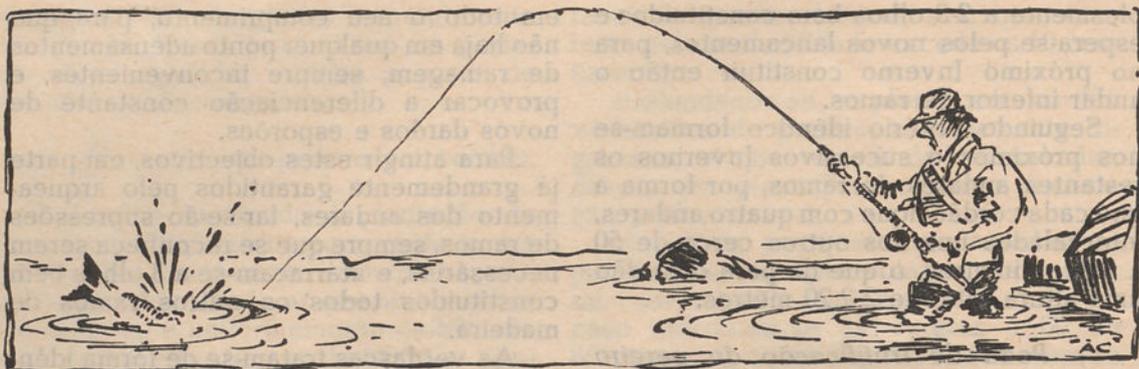
As verdascas tratam-se de forma idêntica, a menos que sejam muito curtas e haja necessidade de aproveitar as suas frutificações.

Não convém, nos cordões, a existência de dardos rugosos, nem de esporões muito ramificados. Por este motivo tem que se dar também muita atenção à sua poda, podando os dardos rugosos, para estimular a sua evolução, ou em esporões, ou em ramos de madeira, e suprimindo algumas ramificações dos esporões, para que não se alonguem em demasia.

Sempre que alguns elementos do cordão aparentem enfraquecimento, tem que se equilibrar o seu vigor com o número de esporões e dardos, fazendo a supressão de vários destes órgãos. Igualmente se devem suprimir esporões, se o seu número for exagerado e se o aspecto vegetativo do cordão, em toda a sua extensão, for fraco.

A poda de frutificação, neste último caso, deve, no entanto, ser também acompanhada de uma adubação azotada suplementar.

Durante a Primavera e o Verão deve acompanhar-se a rebentação nos cordões, fazendo visitas periódicas e cuidadas ao pomar, suprimindo pela base, com a unha, ou com o auxílio de uma tesoura de poda, todo o ramo ladrão que se formar, bem como alguns ramos normais de madeira que se tornem desnecessários, ou que adensem em demasia os espaços entre-andares. — (Continua).



CAÇA E PESCA

DESTRUIR, DESTRUIR...

Por ALMEIDA COQUET

É aflitiva a maneira como o Homem destrói o que a Natureza tão pròdigamente lhe põe ao seu alcance sem pensar no dia seguinte!

Que isto se praticasse noutras épocas, quando as existências eram praticamente inexgotáveis perante uma menor densidade populacional e os processos menos apurados de matar — caça e pesca, bem entendido — compreende-se e aceita-se. Mas em épocas nas quais a ciência já desvendou bastante, a população mundial aumentou por toda a parte, quase não havendo lugares inacessíveis; que em escassas horas se vem da América do Norte a Espanha para pescar um ou dois salmões, comendo-os em New-York no dia seguinte ao jantar ⁽¹⁾; quando os meios utilizados na destruição são cada vez mais perfeitos e até os locais de defesa natural das espécies vão a pouco e pouco deixando de existir, quase temos de admitir que a raça humana — a parte denominada civilizada (?) — faz tudo quanto pode para comprometer a sua existência futura.

Claro que uma enorme legião luta por

⁽¹⁾ O facto veio relatado nos jornais da ocasião.

outro lado, cientistas e não cientistas, tentando compensar aquela destruição.

Pessimismo meu? talvez, mas quero justificar o que digo com um exemplo: o do SALMÃO DO ATLÂNTICO.

Há cerca de quatro anos que publiquei aqui um artigo sob o título HECATOMBE ⁽¹⁾, no qual descrevia a destruição brutal de salmões no mar, quando estes se dirigiam para as costas das ilhas Britânicas com a intenção de entrarem nos rios onde nasceram para procriar.

Ao leitor interessado no assunto recordarei que a estadia mais ou menos prolongada do salmão no mar é um dos grandes mistérios que os cientistas procuram desvendar.

Desde o anilhar dos salmões de dois anos à partida para o mar, até às capturas nos estuários, pouco se tem conseguido saber, tanto mais que era raríssimo apanhar um salmão no alto mar. Uma vez ou outra lá vinha um, juntamente com as pescarias de arenques a que as traineiras inglesas se dedicavam.

Aqui há uns sete anos, porém, deu-se o facto invulgar que relatei naquele meu artigo, e que descrevi assim:

⁽¹⁾ *Gazeta das Aldeias* N.º 2452, de 1/8/1961.

«Foi o caso de um barco de pesca inglês que encontrou um grande cardume de salmões atonados no alto mar. «E se o espanto foi grande entre os pescadores, rápida foi a decisão de lhes dar pesca. Largando as redes de nylon — praticamente invisíveis»...

A pescaria foi colossal, outros barcos se lhes seguiram, e em breve tínhamos o mercado inglês a fornecer salmão aos consumidores... numa época em que os processos de pesca legal eram proibidos! Estava-se em pleno «defeso», isto é, a *close-season* para o salmão.

As empresas de pesca dos estuários protestaram; as sociedades ou clubes de pesca desportiva protestaram; e a questão foi até ao Parlamento Britânico, saindo, passado tempo, uma lei proibindo a descarga desse peixe nos cais ingleses e tomando outras medidas.

Havia quem não acreditasse na eficácia do legislado, dizendo que os barcos de pesca poderiam ir vender os salmões noutros mercados. Felizmente que assim não sucedeu, e parece não haver dúvida que a medida surtiu efeito e essa forma de pescar foi neutralizada.

O facto dos cardumes serem vistos no alto mar, trouxe uma indicação: a direcção que traziam, e assim se confirmava que vinham das regiões longínquas do Mar do Norte. Mas outro problema se levantava, e era: qual o motivo que, de um momento para o outro, veio alterar a maneira de viajar do salmão no seu regresso ao rio onde nasceu? Porque vinham agora quase à superfície, quando durante tantos anos não foram vistos pelos pescadores do alto mar, o que fazia supor (e devia ser certo) que vinham a maior profundidade? Outro mistério a desvendar...

Mas outros casos há, no entanto, que estão provocando agora a destruição em grande escala do Salmão do Atlântico. É um deles é o da indústria pesqueira da Groenelândia, que durante os meses de Setembro, Outubro e Novembro faz grandes pescarias ao largo do sudoeste daquele país.

Para o leitor fazer uma ideia da importância dessa indústria, bastará apontar o resultado total de 1964, que atingiu 1400 toneladas! Está calculado que a este

peso correspondem cerca de 600 000 salmões com uma média de 2 quilos e um terço por peixe; e aquela quantidade equivale a um sétimo do total das restantes pescarias do Atlântico Norte.

Compare-se agora o resultado de 1964 com o de 1957 — apenas um total de 2 toneladas — e teremos de admitir um desenvolvimento impressionante, não se podendo prever até onde chegará.

Por agora, verifica-se que só aproveitam peixes de bom tamanho, em virtude de usarem redes com malha calculada para tal fim. No entanto, biólogos ingleses e outros de países interessados, receiam que à medida que uma tão grande colheita provoque a diminuição dos resultados, comecem os pescadores da Groenelândia a usar redes de malha mais apertada e a época de pesca seja prolongada.

Cá está o ponto aonde eu queria chegar. É ou não loucura rematada, olhar-se só ao presente, sem querer saber do futuro?

A «Fishing Gazette», donde colhemos os números acima, acrescenta:

«Temos o recente exemplo dos Japoneses no Antártico com a indústria da pesca da baleia; uma vez criada uma indústria pesqueira importante, é extremamente difícil persuadi-la a reduzir as colheitas, mesmo quando isso se torne imperativo no seu próprio interesse».

No caso apontado, o perigo é tanto maior para os países possuidores de rios salmoneiros, quanto na verdade parece ser verdadeira a última teoria sobre a viagem dos salmões que saem ao mar, pois está em curso a ideia de que há **uma única zona**, para onde os salmões se dirigem. São os «feeding grounds» onde estacionam, onde se alimentam, onde se desenvolvem, e donde regressam um dia ao rio onde nasceram.

Mas enquanto que, até há pouco, se falava vagamente desses «feeding grounds» lá para o norte, distribuídos por tantos locais do Ártico, agora começa a firmar-se essa nova teoria de que *esses locais de alimentação do salmão* estão

Vantagens e inconvenientes resultantes da mistura de CASTAS VÍNICAS

Por JOSÉ FARINHA
Regente Agrícola

NÃO era nosso propósito ao iniciarmos a apresentação destas notas, alongarmos tanto no presente assunto, mas como as palavras são como as cerejas, os problemas ligam-se uns aos outros, pelo que, resolvemos continuar. Para hoje apresentamos um breve resumo relativo a cada uma das três castas em estudo, a fim de que o proprietário melhor se aperceba das vantagens e inconvenientes que podem resultar da mistura de várias castas, especialmente no que respeita ao tipo das massas vínicas.

De acordo com a orientação que segui-

situados numa **única** zona ao largo do sudoeste da Groenelândia!!!

Precisamente na zona aonde actuam os pescadores daquele país.

A Irlanda, que é um dos países salmoneiros por excelência, já tomou a iniciativa; enviou em Setembro último dois cientistas para a Groenelândia, onde procederão ao anilhamento de salmões na costa sudoeste. Além disso estudarão o movimento de salmões naquelas paragens e em especial procurarão colher elementos que lhes permita ajuizar até que ponto pode ser afectada a migração dos salmões que desovam nas Ilhas Britânicas.

Quem vencerá a contenda? os que destróem olhando só aos proventos do dia, ou os que, silenciosamente, apagadamente, queimam energias e pestanas, procurando elementos que sirvam à defesa do que é desbaratado pelo egoísmo humano?

mos ao apresentar as primeiras notas, também hoje vamos falar em primeiro lugar da casta João de Santarém ou Trincadeira, nomes por que é mais conhecida.

Do numeroso grupo das castas tintas esta é sem dúvida das mais apreciadas, e pela mesma razão das mais conhecidas, posto que em nosso modesto entender se esteja ainda muito longe de lhe dispensar a atenção que merece. Só atendendo bem nas suas inúmeras qualidades, quase se poderá dizer que não tem defeitos, se poderá avaliar convenientemente do seu grande interesse económico. Ora vejamos:— A sua vindima regra geral caracteriza-se por elevadas produções. As graduações normais das suas massas vínicas estão normalmente compreendidas entre os 12 e 14 graus, o que a par do bom rendimento por quilo de uvas/mosto, valores que normalmente se situam entre os 700 e 800 cm³, é francamente bom. E como se tudo isto não fosse já bastante, oferece-nos ainda a vantagem das características organolépticas das suas massas vínicas serem também das mais apreciadas, fazendo parte do grupo das que mesmo quando consideradas isoladas nos podem garantir bons vinhos, o que não acontece com elevado número das nossas castas, em especial para as mais produtivas, quer sejam brancas ou tintas. Se considerarmos uma Vital, ou um Alicante Branco, constatamos que é grande a produção, elevado o rendimento em mosto, mas pouco menos do que péssimas as características das suas massas vínicas, pouco mais servindo

que para vinhos de queima. Se das castas brancas passarmos às tintas, como por exemplo uma tinta Miúda, logo constatamos que é bom o seu rendimento em mosto, boas as características organolépticas das suas massas, mas francamente baixas as suas graduações e a produção, o que equivale a dizer que, — não há bela sem senão.

Ora com a casta João de Santarém os factos não se passam assim: há muito de aproveitável nesta casta e para além das vantagens já atrás apontadas, constata-se ainda que é das mais resistentes às doenças criptogâmicas, bem como à secura; na campanha actual é das mais viçosas, o que é um bom exemplo, e quando enxertada em *Berlandieri* × *Rupetris-Richter* 99 as suas características gerais apresentam nítida melhoria.

Podemos resumir as presentes considerações dizendo que se trata, quanto a nós, de um tipo de casta padrão.

* * *

Passemos agora à casta tinta Miúda ou P.^e António. Caracteriza-a fundamentalmente as suas óptimas massas vinicas; é neste capítulo e no dizer dos entendidos na matéria, o que há de melhor em características organolépticas. Também os seus rendimentos por quilo de uvas/mosto são em condições normais de vegetação, conforme já tivemos ocasião de escrever, os mais elevados das três castas em referência.

Assim, em circunstâncias normais, atinge-se com relativa facilidade os 800 cm³ por quilo de uvas. Sòmente o que é difícil é observarem-se as condições normais de vegetação das videiras, dado que se trata de uma casta tinta particularmente sensível à seca e às intempéries, factores que contribuem em elevado grau para a redução da sua produção, particularmente quando se trata de campanhas, como a actual, excessivamente secas. Assim não só afecta consideravelmente a produção, como atinge a própria fisiologia das plantas, dado que o sistema foliar caiu ainda muito antes da maturação completa das uvas. Por outro lado, pesagens feitas ao longo de 15 anos levaram-nos à conclusão de que as suas produções são nítida-

mente inferiores às da João de Santarém. Se nos servirmos desta como termo de comparação, diremos que andam por cerca de 50 % das daquela, o que do ponto de vista económico, só por si, já nos deve merecer sérias considerações. Também não devemos deixar de considerar as graduações normais das suas massas vinicas que normalmente se situam por volta dos 11 graus, o que aliado à sua pobreza em cor, mais faz reduzir o interesse por esta casta. Ainda em complemento da sua limitada resistência à secura diremos que em campanhas como a actual, não são só as parras que desaparecem, muito antes da vindima, como também os cachos mirram à falta de água, acabando por secar em elevada percentagem. E se a um Verão seco sobrevem uma vindima muito chuvosa, então novos e mais graves problemas podem surgir se não se vindimar em período relativamente curto: uma grande parte das uvas entra em rápido apodrecimento, o que agravado com a facilidade com que então os bagos caem ao solo, pela simples agitação da videira, quando da colheita, ou pelos ventos ou chuvadas mais fortes, fazem com que se perca grande parte da produção.

Pelos esclarecimentos prestados não será difícil concluir que os inconvenientes sobrelevam com larga margem as vantagens de ordem económica, que é o que mais nos interessa assinalar. Porém, o que é estranho, o que mais nos admira é o facto de esta casta ter sido considerada tanto na região do Oeste, como no Ribatejo, sem dúvida as duas mais importantes zonas vitícolas do País, como de elevado interesse económico. Para muitos viticultores era mesmo tida como superior a uma João de Santarém, quando afinal lhe é manifestamente inferior, sob vários pontos de vista.

Mas os factos apontados justificam a sua eliminação pura e simples dos nossos vinhos? A tanto não desejamos chegar, o que aconselhamos, com base nos esclarecimentos já prestados, é que a sua enxertia não deve exceder os 20 a 30 %, com vista a aproveitar-se no máximo o que esta casta nos pode oferecer de melhor, quando evidentemente o viticultor se encontre em posição idêntica à que temos aqui assinalado.

Serviço de CONSULTAS

REDACTORES—CONSULTORES

Prof. António Manuel de Azevedo Gomes — do Instituto S. de Agronomia; Dr. António Maria Owen Pinheiro Torres, Advog.; Dr. António Sérgio Pessoa, Méd. Veterinário—*Director da Estação de Avicultura Nacional*; Artur Benevides de Melo, Eng. Agrónomo—*Chefe dos Serviços Fitopatológicos da Estação Agrária do Porto*; Prof. Carlos Manuel Baeta Neves — do Instituto Superior de Agronomia; Duílio Marques, Eng. Agrónomo—*Director da Estação Agrária do Porto*; Eduardo Alberto de Almeida Coquet, Publicista; Dr. José Carrilho Chaves, Médico Veterinário; José Madeira Pinto Lobo, Eng. Agrónomo; Mário da Cunha Ramos, Eng. Agrónomo—*Chefe do Laboratório da Estação Agrária do Porto*; Pedro Nuncio Bravo, Eng. Agrónomo—*Director da Escola de Regentes Agrícolas de Coimbra*; Valdemar Cordeiro, Eng. Agrónomo—*da Estação Agrária do Porto*; Vasco Correia Paixão, Eng. Agrónomo—*Director do Posto Central de Fomento Apícola*.

III — VITICULTURA

N.º 90 — Assinante n.º 36 788 — Sanguinheira.

CONSTITUIÇÃO DUMA LATADA

PERGUNTA — 1) Pretendo fazer uma latada com 6m de comprimento, por cima duma porta. Já construí a respectiva estrutura que é constituída por 3 ferros T chumbados na parede e por 4 fiadas de arame.

Li os interessantes e elucidativos artigos, da autoria do Eng. Madeira Lobo, publicados na *Gazeta* do ano de 1957 e subordinados ao título: Poda das Videiras.

Para formar a latada disponho de uma videira da casta Formosa, enxertada há dois anos e que tem bastante vigor e está em condições de entrar na latada.

Como está plantada junto da parede, a sua entrada na latada não pode ser feita perpendicularmente às fiadas de arame, como se preconiza nos artigos acima citados.

Na persuasão de que a videira de que disponho seja suficiente para cobrir toda a latada pretendo dispo-la junto à parede.

Na videira serão, posteriormente, deixadas 3 ramificações: AB, CD e EF, situadas respectivamente às distâncias de 1, 3 e 5m, da entrada na latada.

Daquelas ramificações sairão, para um e outro lado, as varas de frutificação que serão amarradas aos arames.

Pretendia saber:

a) Se há qualquer inconveniente em proceder a maneira indicada;

b) No caso de não haver inconveniente:

— Se as distâncias entre as ramificações AB, CD e EF são as mais convenientes, ou pelo menos

aceitáveis, ou se devem ser aumentadas (reduzindo as ramificações para duas) ou diminuídas (aumentado o seu número para quatro).

c) No caso de haver inconveniente em adoptar a maneira indicada, qual será a mais aconselhável.

2) Pretendia embarrar um limoeiro numa parede e desejava saber se poderei empregar a palmeta de ramos oblíquos e em caso negativo qual a forma mais aconselhada.

RESPOSTA — 1) A maneira como se pretende revestir a ramada contraria muito a vegetação e exige uma expansão que não é de esperar.

Dessa forma nunca a ramada ficaria devidamente revestida.

Deverá plantar-se outra videira, pelo menos, do outro lado da porta e dividir cada uma em três braços que correriam perpendicularmente aos arames.

Poder-se-ia em vez de plantar uma videira em cada extremidade plantarem-se duas e dividi-las em dois braços.

Esses braços dariam origem, em cada arame, às varas do vinho.

2) Pode adaptar o limoeiro à palmeta de ramos inclinados.

Para tal aproveita as duas ramificações de cada planta mais próximas dos 40 cm do terreno e dá-lhes uma inclinação de 50°, mantendo na vertical o ramo guia. Os restantes deverão ser curvados ou eliminados conforme a arvorezinha esteje mais ou menos forte.

Atarraca-se o guia à altura de 40 cm, para o obrigar a ramificar-se a essa altura, e aproveitam-se as duas ramificações laterais para a constituição do 2.º andar, inclinando-as, como as primeiras a 50º e o guia mantém-se na vertical, e dará origem ao 3.º andar.

Procede-se assim até se conseguir o revestimento da parede.

O conjunto mantém-se atando os ramos a fios de arame dispostos a 40 cm uns dos outros.

Os ramos que não interessam para a formação dos braços que constituem os diversos andares, são curvados ou eliminados conforme adensam demasiado ou não a forma.

Os ramos guias nunca são atarracados, deixam-se crescer, sempre livremente, até atingirem a árvore mais próxima — *Madeira Lobo*.

VI — JARDINAGEM

N.º 91 — Assinante n.º 35 345 — *Ermesinde*.

«FERRUGEM» EM TÚLIPAS, LÍRIOS E ÍRIS. FERTILIZAÇÃO

PERGUNTA — Tenho lírios, iris e tulipas que, frequentemente, aparecem com fuligem.

Desejava saber qual o tratamento a fazer para a evitar e quando.

Desejava também saber qual o adubo a usar para fortificar as mesmas plantas, e quando deve ser aplicado.

RESPOSTA — Convém cultivar em local bem ventilado e soalheiro as suas túlipas, já que os lírios e iris gostam mais da meia sombra e certa humidade e para combater a «ferrugem» fazer pulverizações espaçadas uns 15 dias com um fungicida à base de Zinebe, como, por exemplo, o «Aspor» na dose indicada pelo vendedor. Pode igualmente recorrer à calda bordalesa mas com o defeito de manchar as plantas com a cor própria da calda.

VINHOS-AZEITES — Executam-se todas as análises de vinhos e seus derivados, azeites, banhas, manteigas e todos os produtos de alimentação. Venda de todo o material de análises e reagentes. Cursos de aprendizagem de análises e tratamento de vinhos. Análises de recurso e peritagens em Laboratórios Oficiais, por técnico diplomado. Dirigir ao Estabelecimento *Vino-Vito*, R. Cais de Santarém, 10-1.º dirt.º — LISBOA — Telefone P. B. X. 27130.

Como fertilizantes deve usar estrume de curral muito bem curtido e misturado com a terra até se não distinguir, ou «terriço» bem desfeito e que na curti-menta tenha sido regado com chorume de nitreira.

Como adubo químico usar um adubo completo (Foskamónio 111 ou semelhante) na dose de 50 a 60 gr por m². Se as plantas se apresentarem fracas fazer pequenas coberturas com nitrato de cálcio. — R.

*

N.º 92 — Assinante n.º 44 577 — *Mondim de Basto*.

REPRODUÇÃO DE BUXO E MURTA

PERGUNTA — Agradeço o obséquio de me indicarem, pelo «Serviço de consultas», qual é a melhor época para plantação de estacas de buxo e murta.

RESPOSTA — Estamos na altura própria para a propagação por estaca, mas devemos chamar a atenção do Sr. Assinante que o buxo é mais seguro de pagar por amontoa e posterior separação das toijas enraizadas.

As estacas devem ser de ramos novos mas bem lenhificadas, de 10 a 15 cm de comprimento, plantadas bastante *bastas*, em solos leves e local bem abrigado ou em estufins. — R.

XXIII — DIREITO RURAL

N.º 93 — Assinante n.º 35 373 — *Coimbra*.

MUDANÇA DE SERVIDÃO. LICENÇAS PARA OBRAS E PLANTAÇÕES EM TERRENOS MARGINAIS A CORRENTES NAVEGÁVEIS E FLUTUÁVEIS E A ESTRADAS NACIONAIS

PERGUNTA — Tenho uma propriedade na margem direita do rio Vouga, dele separada por uma estrada marginal da qual saem várias estradas carreiras para serviço das propriedades situadas na mesma margem.

Sucede, porém, que aquela minha propriedade, que no «croquis» junto se representa pelo espaço tracejado a lápis, *H* é atravessada por uma dessas estradas carreiras e que se indica pelas letras *IABC* no percurso entre *A* e *B*.

Como tenho conveniência em ligar as duas

partes, agora separadas, da referida propriedade, mudando a serventia ABC para DBC, no que parece não haver prejuízo para ninguém, antes pelo contrário, encurtando-se mesmo o caminho entre a estrada marginal, e as propriedades servidas pela IABC, desejava saber:

a) Se posso fazer livremente a mudança do troço AB para BD sem pedir licença ou autorização aos proprietários que dele se servem.

b) Se é necessário pedir licença à Hidráulica para ligar o troço BD no ponto D à estrada marginal EF.

c) Sendo minha intenção arborizar a citada propriedade, desejava ainda saber se posso fazê-lo, aproximando a plantação da margem da estrada marginal, sem qualquer autorização.

RESPOSTA — 1. Dispõe o art. 2278.º do Cód. Civil o seguinte: «O dono do prédio serviente não poderá de modo algum estorvar o uso da servidão constituída; mas, se a dita servidão, no sítio assinado primitivamente para uso dela, se tornar prejudicial ao dono do prédio serviente, ou lhe obstar a fazer reparos ou melhoramentos importantes, poderá ser mudada por ela, contanto que o dono do prédio dominante não fique prejudicado».

A mudança da servidão, no entanto, não pode ser feita sem o acordo dos proprietários dos prédios dominantes. Na falta de acordo, só recorrendo aos Tribunais (arts. 1052.º e seguintes do Código Processo Civil) poderá o senhor consultante resolver o problema.

2. Dispõe o n.º 1.º do art. 4.º do Decreto n.º 8 de 1-12-1892 que a margem das correntes navegáveis e flutuáveis consistirá numa faixa do terreno adjacente, junta à linha de água e que se conserva normalmente enxuta, e que terá a largura de 3 a 30 m, podendo excepcionalmente ir até 50 m.

Dispõe por outro lado o n.º 1.º do art. 261.º do Regulamento dos Serviços Hidráulicos, de 19-12-1892, que não são permitidas, sem licença «as plantações ou execução de quaisquer obras, quer permanentes, quer temporárias, nas margens...» e que estejam «para aquem da linha que nos terrenos junto aos leitos limita o domínio do Estado».

Como ignoro qual seja, no local, a largura da faixa que deva ser considerada, para o efeito, de margem, será conveniente que o senhor assinante se informe nos Serviços respectivos.

Acresce que, e por motivos legais idênticos, é necessária licença da Direcção das Estradas (Dec.-lei n.º 36816, de Abril de 1948 — Regulamento das Estradas Nacionais — arts. 10, 87 e 127) em relação a uma faixa de terreno de 15, 12 e 10 m, a contar da linha limite da estrada, tratando-se, respectivamente de estradas de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes.

3. A resposta ficou dada no número anterior. — A.M.O. Pinheiro Torres.

★

N.º 87 — Assinante n.º 42551 — Marco de Canaveses.

ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

PERGUNTA — Remanesce água na poça da Figueira por baixo, devido às minas serem pouco profundas, a água vai mais funda, mas não se pode afundar senão não conta.

A água do cano norte, que está encanado debaixo dum campo, que não é meu, este ano devido a uns poços abertos por um vizinho que vive acima do caminho; e quando trabalha o motor falta a água imediatamente, e eles têm-no pronto a trabalhar de dia e noite, durante o Verão.

Estes mesmos é que dizem que têm parte na água da poça da partilha e se têm servido dela.

Como me faltou a água na poça da Figueira, pensei em abrir um poço dentro da poça que com uns 5 metros me davam mais água, mas convinha-me mais fazê-lo junto à poça embora próximo.

Poderei fazê-lo?

A minha pergunta é devido ao cano norte que alimenta a poça da Partilha, cano este que termina a meio do campo, e já têm aberto buracos que são entupidos, pois eu só não vou compô-lo.

Pedia pois o favor de me dizer se poderei fazer o tal poço em face do esquema, embora esteja mal feito.

Tinha urgência na resposta, pois convinha-me abri-lo agora.

RESPOSTA — Confesso que não consegui perceber concretamente os dados da consulta. No entanto — e talvez isto sirva de orientação ao senhor consultante — posso acrescentar que, nos termos do art. 102.º do Dec. 5787 iiiii, «é lícito a qualquer procurar águas subterrâneas no seu prédio, por meio de poços ordinários ou artesianos, minas ou quaisquer escavações, contanto que não prejudique direitos que terceiro haja adquirido por título justo sobre águas desse prédio». — A.M.O. Pinheiro Torres.



INFORMAÇÕES

Calendário de Novembro

Durante este mês a duração do dia é de 10 h. e 33 m. em 1, e de 9 h. e 41 m. em 30.

DATAS	SOL		LUA	
	Nasc.	Pôr	Nasc.	Pôr
1 Segunda	7. 4	17.37	14.12	22.32
2 Terça	7. 5	17.36	14.44	23.33
3 Quarta	7. 6	17.35	15 12	*
4 Quinta	7. 7	17.34	15.38	0.18
5 Sexta	7. 8	17.33	16. 2	1.17
6 Sábado	7. 9	1.732	16.27	2.17
7 Domingo	7.10	17 31	16 52	3.17
8 Segunda	7.11	17.30	17.20	4.17
9 Terça	7.12	17.29	17 51	5 18
10 Quarta	7.13	17.28	18.29	6.20
11 Quinta	7.14	17.27	19.15	7.23
12 Sexta	7.15	17.26	20 11	8 28
13 Sábado	7.16	17.25	21.16	9.36
14 Domingo	7.17	17.25	22.27	10.45
15 Segunda	7.18	17.24	23.40	11.54
16 Terça	7.20	17.23	*	12 58
17 Quarta	7.21	17.23	0.52	13.56
18 Quinta	7.22	17.22	2. 2	14.46
19 Sexta	7.24	17 21	3.11	15.29
20 Sábado	7.25	17 52	4.19	16. 4
21 Domingo	7.26	17.21	5 27	16.35
22 Segunda	7.27	17.20	6.34	17. 4
23 Terça	7.28	17.19	7.41	17.31
24 Quarta	7.29	17.19	8.47	17.59
25 Quinta	7.30	17.18	9 46	18 29
26 Sexta	7.31	17.17	10.41	19. 3
27 Sábado	7.32	17.17	11.29	19 41
28 Domingo	7.33	17.16	12.10	20.23
29 Segunda	7.34	17.16	12.44	21.12
30 Terça	7.34	17.15	13.13	22. 6

Q. C. em 1 às 8 h. e 26 m.; L. C. em 9 às 4 h. e 15 m.; Q. M. em 16 às 1 h. e 54 m.; L. N. em 23 às 4 h. e 10 m.;

Estado das culturas em 30 de Setembro

Informação fornecida pelo Instituto Nacional de Estatística

A semelhança dos meses anteriores, o tempo decorreu seco durante as duas primeiras décadas de Setembro, o que permitiu a execução em boas condições dos trabalhos de campo próprios da época. Durante a última década sobrevieram as chuvas ansiosamente esperadas, que embora prejudicando o ritmo daquelas actividades, beneficiaram as culturas pendentes e as espécies arbóreo-arbustivas, que apresentam aspecto vegetativo pouco satisfatório em consequência da seca prolongada. Por outro lado, as precipitações vieram dar às terras a humidade necessária e indispensável à sua preparação para as sementeiras do ciclo cultural, que agora se inicia.

Confirmam-se os maus resultados das culturas de milho e feijão de sequeiro devidos à acentuada estiagem verificada praticamente desde a ocasião em que foram semeadas. Em primeira estimativa, as respectivas produções são avaliadas em 45 e 49 o/o, respectivamente, das do ano anterior. As perspectivas de produção destas mesmas culturas assim como de batata, em regime de regadio, são pouco satisfatórias por frequentemente terem sido insuficientes as disponibilidades de água destinadas à rega.

Calcula-se, em segunda estimativa, que a produção de trigo seja de 6712 milhares de quintais, o que equivale a + 42 o/o e + 13 o/o, respectivamente, em relação à do ano passado e à média do último decénio. Também em segunda estimativa, a produção de centeio é avaliada em 2033 milhares de quintais, ou seja + 21 o/o e + 18 o/o, relativamente às de iguais períodos.

Os resultados da cultura de grão-de-bico foram bastante fracos, estimando-se a sua produção em 155 milhares de hectolitros, que representam 51 e 56 o/o, respectivamente, das verificadas no ano passado e da média produzida nos dez últimos anos.

A colheita de arroz, iniciada pelas formas mais precoces durante o mês anterior, prosseguiu activamente e em boas condições no decorrer das duas primeiras décadas, para, de seguida, ter de ser interrompida frequentemente devido às fortes chuvas da terceira década. As debulhas decorreram normalmente durante o primeiro período, mas nos últimos dias do mês foram afectadas pelo excesso

de humidade. Os rendimentos industriais até agora constatados foram francamente favoráveis, o que, em parte, poderá compensar as quebras de produção previstas.

O aspecto vegetativo das espécies arbóreo-arbustivas, em consequência da estiagem prolongada, era acentuadamente pouco satisfatório, mas as quedas pluviométricas registadas no decorrer dos últimos dias do mês fazem prever uma melhoria e vigoramento das várias espécies.

As vinhas apresentavam abundância de cachos mas com bagos murchos ou pouco desenvolvidos. As chuvas tardias, embora tivessem provocado atrasos nas vindimas, originaram um aumento de produção que se traduz pela subida da quota de previsão respeitante à colheita, que passou de 95 o/o, assinalados no mês anterior, para 103 o/o, tomando como base de comparação a produção do ano passado. Verifica-se com certa frequência que os mostos já obtidos apresentam baixo teor sacarino.

Os olivais sofreram igualmente com a falta de humidade no solo, que contribuiu para a queda de muita azeitona.

Os pomares, sobretudo os de macieira, produziram abundantemente, mas os frutos nem sempre chegaram a atingir o tamanho normal. Os de citrinos foram bastante afectados pela estiagem, não se esperando por esse motivo boas produções.

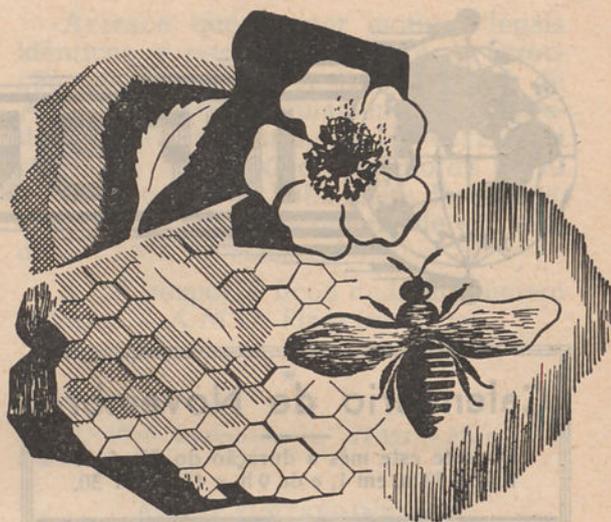
São um pouco contraditórias as informações respeitantes às produções de bolota e lande, mas permitem concluir que não se afastarão muito das de um ano considerado normal.

As condições de alimentação dos gados, no que respeita a alimentos verdes, continuaram a ser muito deficientes pelo facto dos prados naturais se encontrarem praticamente secos e por terem sido muito reduzidos os produtos de desbaste e desbandeiramento do milho. Foi sobretudo o gado leiteiro que mais se ressentiu com as deficiências alimentares que as traduziram por um abaixamento sensível de produção de leite. As chuvas ultimamente caídas, se bem que os seus efeitos não tenham sido imediatos, fazem prever uma melhoria sensível, já notada pelo aparecimento de nova vegetação.

As feiras e os mercados tiveram a afluência normal desta época do ano. Nos últimos dias do mês, o estado do tempo prejudicou a sua realização pelo que a afluência foi menor. Em algumas regiões notou-se um pouco mais de animação na procura de vinho, de que resultou uma ligeira melhoria do seu preço nas transacções efectuadas. A batata e o milho venderam-se a preços mais compensadores, o que de certo modo veio atenuar o facto das produções respectivas terem sido baixas. A escassez de forragens verdes levou muitos criadores a apresentarem os seus gados para venda.

Acentuou-se em muitos locais a falta de mão-de-obra necessária à realização dos trabalhos de colheita e arrecadação de produtos.

Propagar e difundir a «Gazeta das Aldeias» é um dever que se impõe aos que da Terra vivem.



O apiário em Novembro

A partir deste mês deve ser absoluto o repouso nos apiários.

É preciso verificar, no entanto, de vez em quando, se as colmeias se mantêm impermeáveis à água das chuvas, quando se encontrem directamente expostas ao tempo; sempre que se verifiquem infiltrações, devem colocar-se calços ou ripas sob os pés de trás das colmeias, por forma a conservarem-se os estrados, até ao início do bom tempo, com o declive que permita o fácil e rápido escoamento de todas as águas.

A alimentação artificial das colónias fracas continua igualmente a misturar-se.

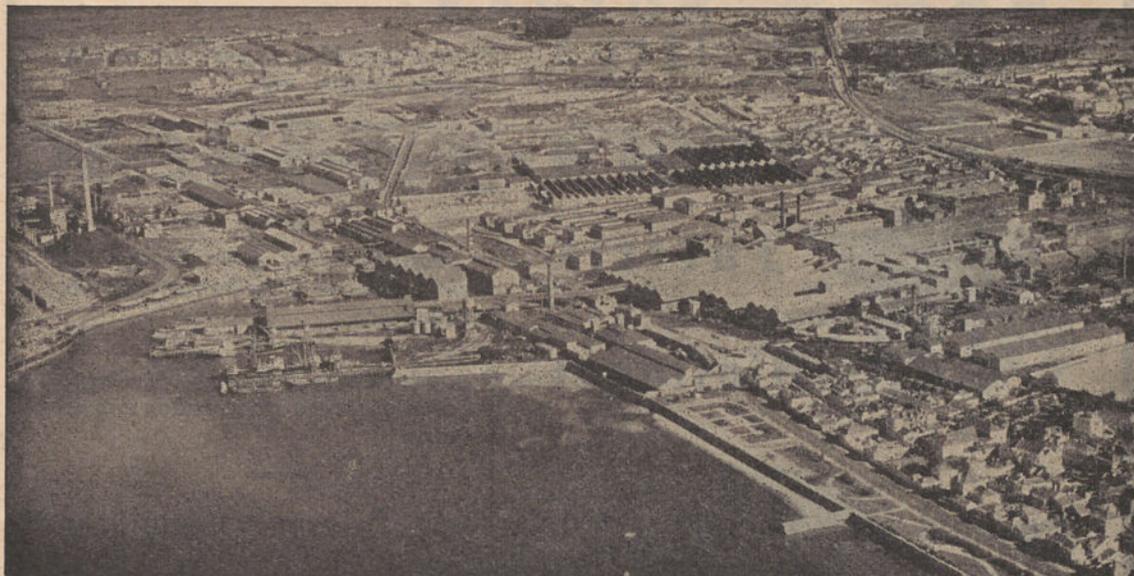
Aproveita-se esta época de moderação ou paralização da actividade das abelhas para se fazer uma vistoria geral a todos os utensílios apícolas, reparando-se os que estejam avariados.

Limpam-se os quadros com ceras velhas que foram retirados dos ninhos ou das alças.

Põem-se em dia as fichas ou o livro de registos do apiário, coligindo cuidadosamente todos os apontamentos, porventura dispersos, que se foram tomando pelo ano adiante, acerca do comportamento e produção de cada colmeia.

Nos terrenos circundantes ao apiário abrem-se covas para a plantação de árvores ou arbustos de interesse para as abelhas.





FÁBRICAS DO BARREIRO

Prefira Insecticidas C. U. F.

Garantia de boas colheitas

VISENE — pó molhável contendo 50% de SEVIN

AZINFOR — líquido contendo 44% de AZINFOS-ETILO

— Ambos de comprovada eficácia no combate ao «Escaravelho da Batateira» e «Bichado» das Peras e Maçãs.

— O **VISENE** e o **AZINFOR** são compatíveis com o **MILDOR**, **ASPOR** e **TIEZENE** pelo que se podem **combater simultaneamente** o «escaravelho» e «mildio» nos batatais e o «bichado» e «pedrado» nas pereiras e macieiras.

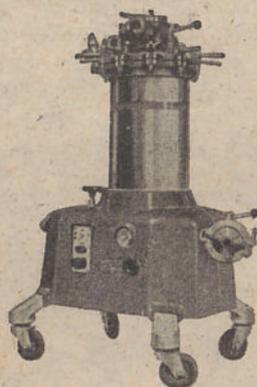


COMPANHIA UNIÃO FABRIL

LISBOA — Avenida Infante Santo, 2
PORTO — Rua do Bolhão, 192

Depósitos e Revendedores em todo o País

9456



Filtros — De aço inoxidável, para vinhos, vinagres, azeites, etc.

Wino — Mastique especial para a vedação perfeita do vasilhame.

Tartrix — O produto ideal para lavagem e desinfecção de vasilhame vinário, leiteiro, etc.

Collogel — O produto que evita a precipitação do cremotartaro nos vinhos engarrafados.

Produtos Enológicos - Material de Adega - Análises



RAMO AGRICOLA da

Agência Comercial de Anilinas, Lda.

Avenida Rodrigues de Freitas, 68 — PORTO — Telefone, 55161

4018

O MELHOR CAFÉ

É O DA

BRASILEIRA

61, Rua Sá da Bandeira, 91

Tels.: 27146, 27147 e 27148 — PORTO

(Envia-se para toda a parte)

2854

PARA AS GALINHAS

USAR o conhecido **DESINFECTANTE ZAP** ENÉRGICO, ACTIVO, EFICAZ
Aplica-se nos bebedouros das aves e é INOFENSIVO para os animais domésticos

Com o desinfectante ZAP as galinhas não se contaminam
Frasco pequeno - 12\$50 - Frasco grande - 50\$00
Vende-se em todas as farmácias, drogarías, aviários, etc.



DISTRIBUIDORES GERAIS

Vicente Ribeiro & C.^a

R. dos Fanqueiros, 84, 1.º, Dt.º LISBOA

DESDE 3½ HP - 600 R.P.M.

MOTORES A ÓLEO

BAMFORD

DIESEL

O MELHOR MOTOR INGLÊS PARA A AGRICULTURA E PEQUENA INDÚSTRIA

RESISTENTES SIMPLES FÁCEIS DE MANEJAR ECONÓMICOS GARANTIDOS

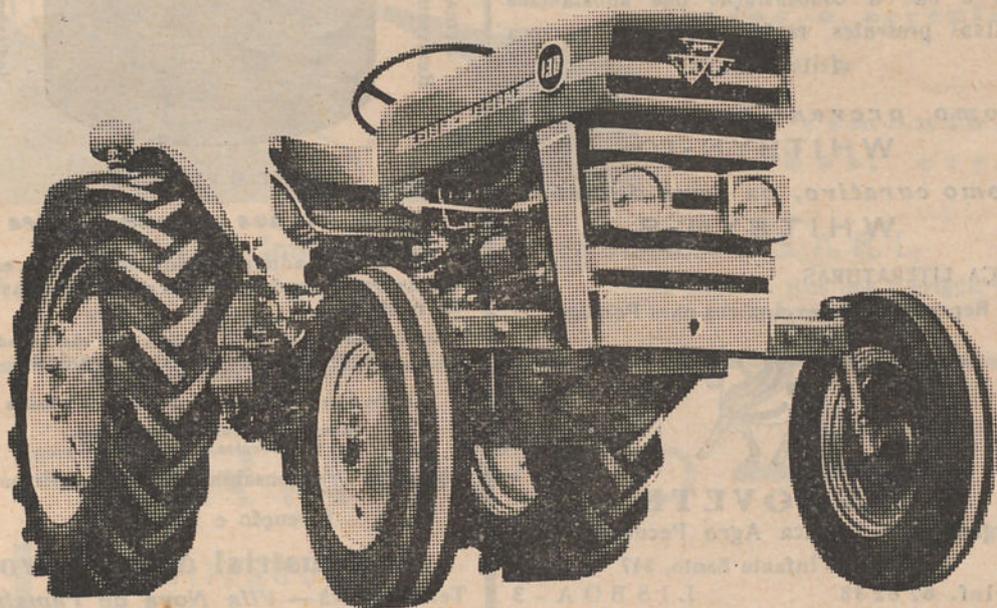
JAYME DA COSTA, L.^{da}
14 - R. dos Correeiros - LISBOA
12 - P. da Batalha - PORTO

MECÂNICA E ELECTRICIDADE EM TODAS AS APLICAÇÕES

1149

TRACTOR 130

MASSEY-FERGUSON



- MOTOR PERKINS DIESEL
- MODELO A4.107 DE 30 H. P.
- EMBRAIAGEM DUPLA
- BLOCAGEM DO DIFERENCIAL
- CAIXA DE 8 VELOCIDADES PARA A FRENTE E 2 EM MARCHA ATRÁS
COM A 3.ª, 4.ª, 7.ª E 8.ª VELOCIDADES SINCRONIZADAS
- TOMADAS DE FORÇA TRAZEIRA E CENTRAL INDEPENDENTES
- TRAVÕES DE DISCO BLINDADOS E TRAVÃO DE MÃO

ETP 66-15-11

TRACTORES DE PORTUGAL, S.A.R.L.

AVENIDA DA LIBERDADE, 35 · 4º · ESQº - LISBOA 2 - TELEFONE 368284

A Coccidiose deitou-nos abaixo... mas

WHITMOYER WHITSYN

VEIO EM NOSSO SOCORRO

Conte com WHITSYN para o tratamento rápido e seguro da coccidiose. A fórmula do WHITSYN é um exclusivo dos Laboratórios Whitmoyer. A sua indiscutível eficácia é devida à múltipla acção de sinergismo e bioquímica que possui e não à concentração das substâncias activas presentes, razão porque não provoca efeitos tóxicos.

Como preventivo, na ração:
WHITSYN-10

Como curativo, na água de beber:
WHITSYN-S

PEÇA LITERATURAS

Representantes exclusivos para Portugal



AGROVETE

Organização Técnica Agro Pecuária, Lda.

Avenida Infante Santo, 347

Telef. 67 62 33

LISBOA - 3

4120

Tonéis em CIMENTO (MÓVEIS)

De uma a doze pipas

Armadura em aço inox
Resistem aos abalos de terra



Indicamos centenas de clientes
que já os usam e Adegas Cooperativas
PEÇAM CATALOGOS

4027

MODELO REGISTADO

para **Vinhos e Aguardentes**

Se é bom administrador adquira já estes tonéis em cimento e ponha de parte a vasilha de madeira.

Garantimos vinho 75 % melhor — Já vão tratados e prontos a envasilhar vinho e aguardente
— Não há atestos e bolores.

Acabe com a preocupação dos arcos e aduelas

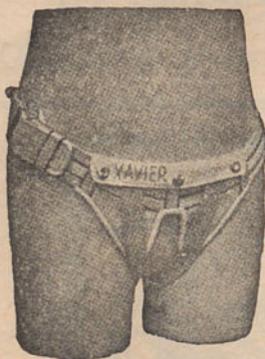
Envasilhar vinho nestes tonéis é a mesma coisa que engarrafá-lo

Tomamos a responsabilidade do que afirmamos

Invenção e fabrico de

A Industrial do Barreiro

Telefone, 115 — Vila Nova de Famalicão



Funda Elástica

S/ MOLAS E S/ PELOTAS

CASA XAVIER

Albino Pinheiro Xavier, Filhos

ORTOPEDISTAS

161, Rua dos Caldeireiros, 165 — PORTO

Telefone, 22908

1701



Cruz, Sousa & Barbosa, L.da

R. D. João IV, 567-2.º — PORTO — Tels. 27656 e 27657

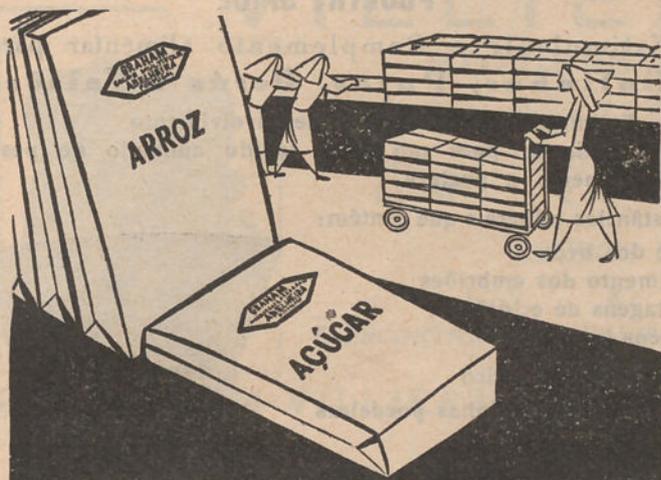
P A P É I S E

MÁQUINAS GRÁFICAS

2457

Fábrica de Papel da Abelheira

TOJAL-LOURES



sacos e saquetas
de papel para
todos os fins

para:

açúcar, arroz,
farinhas, frutas
secas e cereais

cal, cimento,
adubos, etc.

4136

GRAHAM — Indústria de Papel da Abelheira, S. A. R. L.

LISBOA: Rua da Alfândega, 160
Telefone 32 00 66

PORTO: Rua dos Clérigos, 9
Telefone 2 69 61

FORMOPED

nebulizador
contra
a

P E E I R A

dos
ovinos

um método
novo 100%
eficaz

Preço 60\$00 — 150 aplicações
— \$40 por cada aplicação

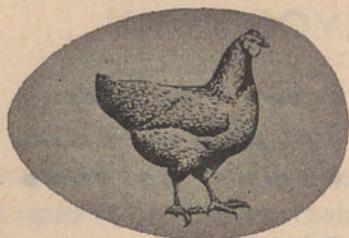
PFIZER PORTUGUESA, LDA.
SECÇÃO VETERINÁRIA

R. Rodrigo da Fonseca, 139

Telef. 68 01 77

LISBOA-1

4154



Karswood

POULTRY SPICE

Estimulante e Complemento alimentar para **Galinhas, Patos, Perús e Faisões**

- Estimula naturalmente o desenvolvimento
- Predispõe para um mais rápido aumento de peso
- Aumenta a postura

- Devido ao equilíbrio das substâncias minerais que contém:

- Melhora a fertilidade dos ovos
- Provoca o desenvolvimento dos embriões
- Mantém altas percentagens de eclosão
- Acelera a muda da pena

- Muito apetecido devido a ser muito aromático

- Um pacote de 453 g é suficiente para 20 galinhas poedeiras durante 32 dias

PACOTES de 453 g = 14\$00
L A T A S de 3,180 g = 85\$00



Um produto de: *Nicholas A. & V., Limited* - Inglaterra

Representantes em Portugal: **F. Lima & C.a, Sucr., L.da** Telef. 44737-45515
Avenida Fontes Pereira de Melo, 17-4.º - LISBOA-1

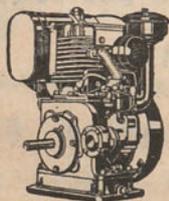
Um bom aumento de Rendimentos Agrícolas

é obtido por adubação orgânica e químico-orgânica (base de farinha de peixe), da acreditada marca "SEREIA", a qual inspira confiança à lavoura exigente.

S E R E I A

Fábrica de Adubos Orgânicos, Lda.
Breyner-SEIXAL

Agentes Gerais: **Aliança Agrícola e Comercial, Lda.**
Calçada do Duque, 3-1.º - LISBOA-2



"WISCONSIN"

MOTORES A GAZOLINA E PETROLEO
DE 2 A 30 CAVALOS-PEÇAS DE RESERVA

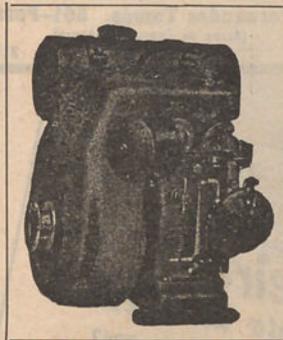
DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS:

CASA CAPUCHO

LISBOA-RUA DE S. PAULO-113-129
PORTO-R. MOUS. DA SILVEIRA-139-143

Motores e Grupos de Rega

VILLIERS



MOTORES A PETRÓLEO

QUATRO TEMPOS

MARK 10, MARK 20, MARK 25, MARK 40
1,1 HP 2 HP 2,4 HP 3,3 HP

GRUPOS DE REGA DE

1 1/2" 2" 2 1/2" 3"

ENCONTRÁ-LOS-A NAS BOAS CASAS DA SUA REGIÃO

REGUE COM VILLIERS E REGARÁ TRANQUILO

AGENTES GERAIS EM PORTUGAL

SOCIEDADE TÉCNICA DE FOMENTO, LDA.

PORTO — Av. dos Aliados, 168-A
Telef. 26526/7

LISBOA — R. Filipe Folque, 7-E e 7-F
Telef. 53393 3532

O Caminho de Ferro

*é o transporte ideal,
pois é seguro, rápido
prático e económico.*

1593

H. KLEIN, L.^{DA}

Sucessores da casa H. KLEIN — fundada em 1894

Produtos Enológicos — Taninos, gelatinas, produtos especiais para o tratamento, melhoramento e clarificação de vinhos.

Derivados de Mosto de Uva do Douro — Mosto esterilizado, Mosto concentrado, Mosto torrado.

Carvões vegetais activos — Para Enologia, Indústria açucareira, Indústria química.

Rua da Montanha, 177—Vila Nova de Gaia
Telef. 390141—Telegr. NIELK

1893

*As mais seleccionadas árvores de fruto
As melhores sementes de flores e de horta
As mais lindas ROSAS premiadas em Con-
cursos Internacionais
Camélias, arbustos, arvoredos, bolbos, etc.*

**PLANTAI
AS NOSSAS
ÁRVORES
E COLHEREIS OS
MELHORES FRUTOS**
CATÁLOGOS GRÁTIS

Alfredo Moreira da Silva & F.^{os}, Lda.
Viveirista autorizado n.º 3

4151

Telef. 21957

Rua D. Manuel II, 55 — PORTO

Telegr. «Roselândia»-Porto

Os produtos da

UMUPRO

LYON - FRANCE



“Umurat” Cube

3139

Raticida moderno à base dum anticoagulante do sangue.

Agindo por hemorragias internas sem sintomas alarmantes para os restantes.

Em cubos prontos a utilizar mas recuperáveis quando não consumidos.



“Helicide granulado”

Produto efficacíssimo na extinção dos caracóis, à base de metaldeído.



“Umucortil granulado”

Para combate aos ralos à base de clordane.

são distribuídos em Portugal por
Ferreira, Rio & C.a, L.da

Rua do Almada, 329-1.º — Telef. 23007 — PORTO

PELES de coelho, raposa e de todos os animais — Curtimos, tingimos e confeccionamos

RÚSSIA NO PORTO

Raposas e casacos de peles aos melhores preços.

R. Fernandes Tomás, 561-Porto
(Alma da Capela das Almas)
Telef. 22960 2118

PARA ARVORES DE FRUTO DE QUALIDADE, VISITE OS REPUTADOS

Viveiros Quinta da Pícuca

R. D. Afonso Henriques, 2842
Aguaç Santas — Telef. Porto 970100
(eléctrico 9 à porta)



Disponos de milhares de fruteiras das melhores variedades enxertadas em porta-enxertos importados directamente de França.

*Bacelos Americanos Corriola e outros * Bela colecção de Roseiras, Arbustos, Árvores ornamentais e Plantas de estufa*

4155

Peça o catálogo grátis N.º 66-G. A.

PASTAS Comerciais e de Estudantes
MALAS em couro, chapeadas e para avião

CONSERVAM-SE MALAS
— NÃO CONFUNDIR —

José Apolinário
31-Rua do Loureiro-33
(Pegado à Pensão de S. Bento)

TELEPHONE, 23636 — PORTO



1943



Snr. Lavrador

A matéria orgânica é indispensável para se obterem bons rendimentos.

Transforme as suas palhas em óptimo estrume utilizando

8106

CIANAMIDA CÁLCICA

(CAL AZOTADA)



COMPANHIA PORTUGUESA DE FORNOS ELÉCTRICOS

INSTALAÇÕES FABRIS

CANAS DE SENHORIM

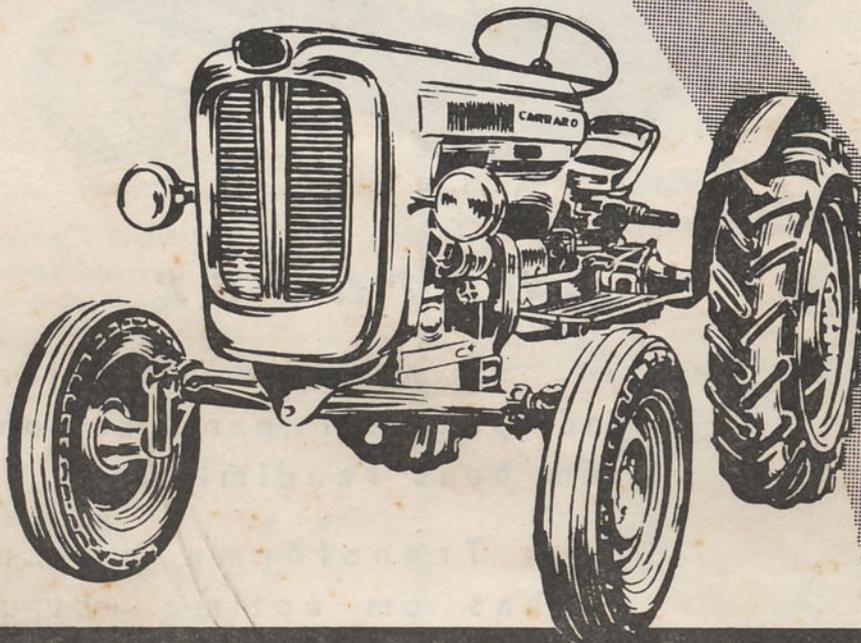


SERVIÇOS AGRONÓMICOS

LARGO DE S. CARLOS, 4-2.º

LISBOA — TELEF. 368989

O mais moderno tractor europeu



OVIC

CARRARO

- * 35 HP. A 1.700 ROTAÇÕES
- * ARREFECIMENTO POR AR
- * ELEVADOR HIDRÁULICO DE CONTROLE AUTOMÁTICO
- * GRANDE MANOBRABILIDADE
- * INCOMPARÁVEL BELEZA DE LINHAS

3989



acal

Agência Comercial de Anilinas, Lda.

Avenida Rodrigues de Freitas, 68

TELEF. 55161

P O R T O

